

Vinculação, estilos parentais, resiliência e consciência emocional: Um estudo com crianças e adolescentes

Carla Cristina Pinto Pacheco Rocha

Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Orientação: Professora Doutora Isabel Miguel

Março, 2017



UNIVERSIDADE PORTUGALENSE

Agradecimentos

No culminar desta dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, não posso deixar aqui de fazer referência a algumas pessoas, que de uma forma mais ou menos direta, colaboraram e contribuíram para a realização deste trabalho.

Começo por agradecer ao meu marido, pela compreensão, pela paciência com que sempre ouviu as minhas inquietações, pelo amor e carinho e confiança nas minhas capacidades e valorização constante. Obrigada por seres o meu porto de abrigo e pela força nos momentos em que tendia em esmorecer.

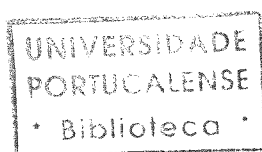
Um agradecimento muito especial às minhas queridas filhas, pela força, pelos sorrisos, pelos abraços e pela energia que emanavam e que foi relevante para continuar esta caminhada quando as forças teimavam em escassear.

Um especial agradecimento às minhas irmãs, pelo estímulo constante, em especial à Céu, que já trilhou um caminho idêntico e melhor que ninguém compreende as angústias e incertezas vividas em alguns momentos e sempre me deu alento e apoio para que continuasse.

À Prof. Doutora Isabel Miguel agradeço imenso todo apoio prestado ao longo do período de estágio, quer pela partilha de conhecimento científico, quer pela simpatia aquando das reuniões realizadas.

Obrigado a todos os membros da comunidade educativa do Agrupamento Vertical de Escolas D. António Ferreira Gomes, sobretudo à Doutora Leonilde Coelho pela oportunidade de realização da recolha de dados para a minha amostra.

O meu profundo agradecimento a todos os que me ajudaram a fazer esta caminhada.



Resumo

Através da presente dissertação de mestrado, pretendemos visualizar padrões de vinculação, resiliência, consciência emocional e percepção dos estilos parentais dos adolescentes, em função de variáveis sociodemográficas. Para isso foi dividida a amostra em dois grupos, crianças com idades compreendidas dos 10 aos 12 anos, e adolescentes dos 13 aos 16 anos de idade. Para cada grupo de idades, pretende-se comparar os estilos parentais, a vinculação aos pais e aos pares, as competências emocionais, e a resiliência, verificando se existe diferenças nos grupos de idade considerados. Pretende-se, ainda, verificar se existem diferenças em função do género. Para a concretização destes objetivos, foi realizado um estudo quantitativo com recurso a quatro questionários: Escala de Resiliência (RS; Wagnild & Young 1993; validação portuguesa: Felgueiras 2008) para avaliação das cinco componentes principais da resiliência; Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (ESPA29; Musitu & Garcia 2004; validação portuguesa por Nunes, 2015); Pessoas da Minha Vida (PIML; Ridenour, Greenberg & Cook, 2006; validação portuguesa: Santos, Moreira, Fonseca, 2014); Questionário Consciência Emocional (EAQ; Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & ly 2008; validação portuguesa por Sebastião, 2014). A amostra total usada foi de 220 crianças e adolescentes.

Os resultados obtidos neste estudo indicam que, globalmente, a variável sociodemográfica *idade* é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção da vinculação aos pais, em que se verificou que à medida que as crianças vão crescendo e tornando-se adolescentes, o nível de confiança e comunicação com os pais vai diminuindo. A variável sociodemográfica *idade*, também é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção da resiliência, em que se verificou que à medida que as crianças vão crescendo os níveis de perseverança vão diminuindo. A variável sociodemográfica *género*, é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção de consciência emocional, mais especificamente no que se trata de atender as emoções dos outros, em que se verifica que as raparigas atendem às emoções dos outros de uma forma mais positiva em comparação com os rapazes.

Palavras chave: Vinculação, Percepção de Estilos Parentais, Resiliência; Consciência Emocional

Abstract

Through this dissertation, we intend to visualize patterns of attachment, resilience, emotional awareness and perception of the parental styles of adolescents, accordingly to sociodemographic variables. To do so, the sample was divided into two groups, children aged 10 to 12 years, and adolescents from 13 to 16 years of age. For each age group, we intend to compare parental styles, parental and peer bonding, the emotional competence, and the resilience, checking if there are differences in the age groups considered. It is also intended to verify if there are any differences according to gender. In order to achieve these goals, a quantitative study was carried out using four questionnaires: Resilience Scale (RS; Wagnild & Young 1993; Portuguese validation: Felgueiras 2008) to evaluate the five main components of resilience; Scale of Styles of Parental Socialization in Adolescence (ESPA29; Musitu & Garcia 2004; Portuguese validation by Nunes, 2015); People in My Life (PIML, Ridenour, Greenberg & Cook, 2006, Portuguese validation: Santos, Moreira, Fonseca, 2014); Emotional Awareness Questionnaire (EAQ; Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & Ly 2008, Portuguese validation by Sebastião, 2014). The total sample used was 220 children and adolescents.

The results obtained in this study indicate that, globally, the sociodemographic variable age is a factor that contributes with significant differences in what concerns the perception of the attachment towards the parents, in which it was verified that as children grow up and become adolescents, the level of confidence and communication with their parents decreases. The sociodemographic variable age is also a factor that contributes, with significant differences, in what concerns the perception of resilience, in which it was verified that as children grow up, the levels of perseverance decrease. The sociodemographic variable gender is a factor that contributes, with significant differences, in the perception of emotional awareness, more specifically in what it has to do with the emotions of others, in which it is verified that girls care about the emotions of others in a more positive way in comparison with boys.

Keywords: Attachment, Parenting Styles Perception, Resilience; Emotional Awareness

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1. Vinculação.....	3
1.1.1. Vinculação às figuras parentais.....	3
1.1.2. Vinculação aos pares.....	6
1.2. Estilos Parentais	8
1.3. Competências Emocionais	13
1.3.1. Consciência emocional.....	17
1.4. Resiliência.....	18
1.5. Pertinência do estudo	24
1.5.1. Objetivos	24
1.5.2. Objetivos gerais.....	24
1.5.3. Objetivos específicos.....	24
CAPÍTULO II- METODOLOGIA.....	25
2.1. Amostra.....	25
2.2. Instrumentos.....	26
2.3. Procedimentos.....	29
2.3.1. Recolha de dados.....	29
2.3.2. Procedimentos de Análise e Tratamento de Dados	30
3. RESULTADOS.....	31
3.1 Estudo da estrutura fatorial e das propriedades psicométricas do Questionário de Consciência Emocional, do Inventário Pessoas na Minha Vida, Escala da Resiliência e Escala dos Estilos de Socialização Parental.	31
3.1.1. Questionário Consciência Emocional	31
3.1.2. Escala da Resiliência.....	33
3.1.3. Escala Pessoas na Minha Vida – Versão Pais.....	35
3.1.4. Escala Pessoas na Minha Vida Versão aos Pares.....	36
3.1.5. Questionário de Estilos de Socialização Parental.....	38
3.2. Relação entre Vinculação, Estilos Parentais, Resiliência e Consciência Emocional em Crianças e Adolescentes.....	40
3.3. Estilos parentais, vinculação, resiliência e consciência emocional: Comparação de grupos em função do sexo e da idade.....	43
CAPÍTULO IV.....	46
4. Discussão dos resultados.....	46
5. Considerações finais.....	50
Referências bibliográficas.....	52

Lista de Abreviaturas

AFE- Análise fatorial exploratória

EAQ- Emotion Awareness Questionnaire

KMO- Kaiser- Meyer- Olkin

ESPA- Estilos de Socialização Parental em Adolescentes

Introdução

Atualmente é consensual no campo da investigação que todo o ser Humano necessita estabelecer pelo menos uma relação afetiva estável, contínua e significativa, desde os primeiros momentos de vida para que o seu desenvolvimento se dê de forma saudável, íntegra e harmoniosa (Machado, 2009). Vários autores (Campos & Cruz, 2011; Papalia, Olds & Feldman, 2001; Parke & Buriel, 2006; Sampaio & Gomide, 2007) entendem a família como um agente determinante no desenvolvimento humano.

Os modelos parentais, as expectativas e os métodos educativos determinam largamente o repertório de comportamentos da criança, bem como as suas atitudes e objetivos, verificando-se que a família (primeiro grupo social da criança) tem um papel decisivo no seu desenvolvimento (Camacho, 2009; Soares, 2012), nomeadamente na transmissão de atitudes, regras, ideias, sentimentos e comportamentos que estão na base de tomada de decisões com consequências a longo prazo (Simões, Matos, Ferreira, & Tomé, 2009). Assim, os estilos parentais parecem ter um papel fundamental na socialização, podendo facilitar ou dificultar os vários desafios que se apresentam à criança, e, mais tarde, ao adolescente (Sprinthall & Collins, 1999), uma vez que os pais têm um papel fulcral de suporte emocional (Wenz-Gross et al., 1997).

O estudo da resiliência predomina no campo da investigação mais recente em psicologia. Atualmente, a resiliência tem sido reconhecida como um processo transversal ao desenvolvimento de qualquer ser humano, é entendida não somente como uma característica da pessoa, uma capacidade inata, mas um processo que se desencadeia e desenvolve a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade dos fatores de risco e de proteção subjacentes ao contexto em que o indivíduo se insere.

Soares (2009) refere que a qualidade da relação de vinculação na infância se relaciona com a qualidade do seu desenvolvimento emocional, tendo implicações no funcionamento emocional na adolescência e na idade adulta. Assim, é grande interesse teórico e clínico perceber o modo como as experiências na infância influenciam o desenvolvimento do ser humano (Gleeson & Fitzgerald, 2014).

O presente trabalho, dirigido para a parentalidade, incide no estudo dos estilos parentais e dos padrões de vinculação percebidos por crianças e jovens em pais e pares e

a sua relação com a resiliência e as competências emocionais. Apesar de, em geral, existir uma literatura vasta nas duas dimensões referidas, são poucos os estudos que as relacionam com a resiliência e competências emocionais, havendo mesmo uma importante lacuna no que se prende especificamente com o estudo das competências emocionais.

O presente trabalho de investigação inclui seis capítulos. O Capítulo I apresenta o enquadramento teórico e a revisão da literatura dos temas abordados no presente estudo, nomeadamente centrando-se nos aspetos conceptuais dos estilos parentais, na relação de vinculação das crianças e adolescentes para com os pais e pares, nas competências emocionais, assim como na resiliência. Ainda descritos neste capítulo a relevância do estudo e a apresentação dos objetivos e hipóteses. No Capítulo II o método da investigação, a caracterização da amostra, a descrição dos instrumentos e dos procedimentos utilizados na análise dos dados. Capítulo III são descritos os resultados, obtidos relativos às comparações e associações entre grupos e correlações entre variáveis. Por último, no Capítulo IV reporta-se à discussão dos resultados com base nas hipóteses formuladas e na literatura existente. São ainda mencionadas as limitações do estudo, sugestões para próximas investigações e as possíveis implicações dos resultados

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Security of attachment involves tender loving care, comfort and consolation, and external help with emotion regulation... this security, however, does not suffice to create psychological security in children who must explore to gain knowledge and skills... (it) needs to be supplemented by the equally necessary security of exploration, based on sensitive support from both mother and father.”

Grossmann, Grossmann, Kindler, & Zimmermann (2008, p. 874)

1.1.Vinculação

1.1.1. Vinculação às figuras parentais

De acordo com a American Psychological Association (2009), a vinculação é definida como uma ligação emocional próxima, desenvolvida através do estabelecimento de um sentimento de segurança, demonstrado pela serenidade da criança na presença da figura de vinculação. Estar vinculado a alguém significa estar fortemente disposto a procurar proximidade e contacto com outra pessoa, considerada uma figura preferencial, especialmente em certas condições de perigo (Bowlby, 1992). Segundo Bowlby (1992), a vinculação deve ser conceptualizada como um conjunto de comportamentos fundamentais para a sobrevivência do sujeito e com motivação interna própria, originada pelo sentimento de segurança oferecido pela figura de vinculação, disponível e responsiva. Assim, os comportamentos de vinculação têm como objetivo obter e/ou manter a proximidade desejada com essa figura (Bowlby, 1992; Guedeney, 2004), que se apresenta como uma base de segurança, que permite à criança a exploração do mundo, e como uma fonte de reafirmação, que possibilita à criança o seu retorno, em caso de angústia (Sroufe, Egeland, Carlson & Collins, 2005). A teoria da vinculação, vista através de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento, é fruto da parceria entre os trabalhos pioneiros de (Bowlby & Ainsworth, 1991). As primeiras experiências e pesquisas elaboradas por Bowlby datam de 1928, enquanto que as primeiras declarações formais remontam ao ano de 1958, com a publicação do artigo “The Nature of the Child’s Tie to His Mother” (Bretherton, 1992).

As primeiras relações afetivas assumem uma importância fulcral, ainda que não determinante, nas trajetórias posteriores de desenvolvimento da criança. Os cuidados parentais durante a infância são considerados, por Bowlby (1952) essenciais para a saúde

mental da criança, particularmente no primeiro ano de vida, pelo impacto que exercem na sua regulação neurofisiológica e afetiva (Sroufe et al., 1999).

O comportamento de ligação serve para manter o vínculo à pessoa mais próxima, encontrando a segurança pessoal. Este sistema é ativado se surge algum mal-estar à criança procurando proteção e segurança (Keller-Schuhmacher, 2010; Kirschke & Hörmann, 2014). Para além do sistema de ligação, o sistema de exploração é o início do comportamento da criança. Por esta razão, a relação de vinculação, afetiva e duradoura, tende a ganhar direção face aos prestadores de cuidados, que remetem para o estado interior de segurança, proteção e bem-estar da criança (Bowlby, 1992). Este estado é acionado pelo sistema de *caregiving* – vertente parental da vinculação – que corresponde à capacidade para prestar cuidados e proteger alguém mais novo, estando sustentado por mecanismos biológicos, mas com diferenças individuais, modificadas pelas experiências sociais (Guedeney, 2004). O sistema de *caregiving* é recíproco do sistema de vinculação, sendo que a sua função adaptativa é a de proteção da criança (Rabouam & Moralès-Huet, 2004). As situações que o progenitor vê como perigosas para o seu filho acionam o sistema; já quando a proximidade é conseguida, o sistema é desativado (Rabouam & Moralès-Huet, 2004). Como se pode inferir, a sua ativação e desativação ocorre da mesma forma que no sistema de vinculação, onde a primeira surge com o medo e/ou fadiga sentidos pela criança e a segunda quando a proximidade entre os sujeitos se verifica (Rabouam & Moralès-Huet, 2004). A disponibilidade da figura de vinculação poderá, por si só, ser suficiente para desativar os comportamentos de vinculação da criança, dado que o simples conhecimento sobre esta acessibilidade fomenta o sentimento de segurança, necessário para incentivar os comportamentos de exploração do meio. Assim, os pais devem fornecer uma base segura a partir da qual a criança pode explorar o mundo exterior e voltar, quando quiser, sabendo que será bem-vinda, confortada, se angustiada, e tranquilizada, se assustada (Bowlby, 1992). O sistema de *caregiving* é regulado por emoções, dado que os progenitores também sentem prazer e satisfação quando são capazes de proteger os seus filhos, e tristeza e ansiedade quando não o conseguem fazer (Rabouam & Moralès-Huet, 2004).

Este sistema apresenta correspondência entre os modelos de vinculação das figuras parentais e a qualidade de vinculação dos filhos. Com base nos estudos e pesquisas sobre vinculação, concluiu-se que uma vinculação segura é um fator de proteção numa situação de risco e que uma vinculação insegura é um fator de risco, contribuindo para

uma condição de fragilidade perante as adversidades da vida (Kirschke & Hörmann, 2014). Também o suporte emocional dos pais aos seus filhos, quanto maior é, principalmente em idade escolar, maior será a capacidade de autorregulação emocional dos últimos (Simões, Farate & Pocinho, 2011; Soufre, 2000), tornando-se numa medida de autocontrolo (Malekpour, 2007). A criança que apresente capacidade de envolvimento afetivo e de confiança tornar-se-á mais entusiasta, persistente e eficaz, ao enfrentar desafios ambientais posteriores (Sroufe, 1979). O contrário também se verifica, tornando-se num ciclo vicioso: crianças com problemas tornam-se pais com problemas (Bowlby, 1956). A par de outros fatores individuais e contextuais, as primeiras relações afetivas parecem constituir-se como um fator de risco ou de proteção nas trajetórias de desenvolvimento dos sujeitos.

Entende-se, a partir da literatura que sujeitos com um padrão de vinculação segura avaliam positivamente os outros e as relações que estabelecem, estruturam uma moral prósocial que abarca empatia, compaixão e consciência, origina um sistema de crenças nucleares que faz com que se estime a si, aos cuidadores, aos outros e à vida em geral, promovendo a resiliência face ao stress e aos traumas, alicerçando em si recursos internos e externos. A influência da vinculação segura oferece, em geral, uma forte correlação entre os estados de segurança internalizada e as condições para uma exploração social sadia e rica, ou seja, em geral capacita para mais competências de e para a vida (Casellato, 2012; Gouveia, 2013). Os sujeitos que estabeleceram na infância um vínculo inseguro sentem uma disponibilidade e proximidade insuficientes da parte dos pares em situações desfavoráveis e dificuldades em estabelecer níveis de autoconfiança e em confiar nos outros, podendo apresentar alguma reatividade emocional. Em caso de situações de separação, evidenciam altos níveis de ansiedade (Gouveia, 2013).

A família é, então, o primeiro agente de socialização para a maioria dos sujeitos, sendo neste contexto que as primeiras relações afetivas são estabelecidas, assumindo um papel essencial na construção da personalidade dos seus filhos. As experiências das crianças com cuidadores sensíveis e presentes são a base para uma relação segura, permanecendo, assim, mais suscetíveis de serem transportadas para outros relacionamentos próximos, para além das fronteiras familiares (Grossmann & Grossmann, 2007).

1.1.2. Vinculação aos pares

A vinculação não só tem sido alvo de atenção no sentido da sua caracterização detalhada nos primeiros anos de vida, mas também em termos de uma configuração ao longo de todo o ciclo de vida, deixando de ser considerada um património exclusivo da fase infantil. No final da década de 80 os estudos ontogénicos da vinculação tomaram outras rotas e destacaram-se no sentido de esclarecer a comunidade científica sobre a reorganização da vinculação noutras fases desenvolvimentais (Soares, 2009).

De acordo com o que apontámos anteriormente, e a par da teoria de Bowlby (1980), a predisposição para formar relações de vinculação existe ao longo de toda a vida e não apenas na relação parental, como forma primordial de vinculação. No entanto o paradigma relacional da vinculação assenta numa ideia de continuidade das relações, postula que a primeira relação influencia o funcionamento posterior intra e interpessoal ao longo de todo o ciclo vital (Bowlby, 1993). No final da infância, as crianças dão preferência à procura e à manutenção de proximidade com os seus pares, embora continuem a procurar os progenitores como base de segurança.

Porém, a qualidade das relações com os pais e os pares parecem permitir embates distintos na construção da identidade, os compromissos escolares tendem a ser resolvidos na relação com os pais, ao passo que os compromissos relacionais assumem contornos relevantes nos pares (Meeus, Osterwegel & Vollebergh, 2002). Segundo Fuligni e Eccles (1993) e Meeus, Osterwegel e Vollebergh, (2005), é na construção de relações com os pares que se exercitam formas de ser, estar e pensar mais diferenciados que recriam e validam o sentimento de identidade pessoal. Assim, a aquisição de uma progressiva maturidade emocional faz com que a criança ou jovem procure novas experiências sempre com o intuito de aquisição de maior autonomia e confiança em si mesmo. A literatura apresenta, assim, que este processo crescente de procura de autonomia e interação com o exterior se faz acompanhar pelo desenvolvimento dos laços e relações afetivas (Guedeney & Guedeney, 2004).

Machado e Oliveira (2007) referiram que nas interpretações desenvolvimentais clássicas, a existência de alterações comportamentais na adolescência se traduzia num afastamento físico das figuras parentais, que debilitava a relação de vinculação ou, em oposição a esta ideia, que esse distanciamento dos pais seria benéfico para o desenvolvimento da autonomia dos jovens.

De acordo com a perspectiva ecológica, progressivamente o jovem estende o sistema relacional para diferentes contextos igualmente providos de ligações afetivas que proporcionam o desenvolvimento de laços de vinculação (Bronfenbrenner, 1987). As relações de qualidade com os pares parecem criar, nos adolescentes, fortes sentimentos de procura de proximidade, desempenhando um papel importante no desenvolvimento pessoal e social, em alguns casos na verdadeira procura de apoio, conforto e partilha íntima caracterizada por reciprocidade, podendo mesmo ser percebidas como ligações de vinculação (Owens, Crowell, Pan, Treboux, O'Connor, & Waters, 1995; Weiss, 1998). Por conseguinte, o grupo de pares parece representar um excelente cenário de aprendizagem de competências, de resolução de dificuldades, de autocontrolo e de manutenção da proximidade relacional. A maturação cognitiva permite aos jovens uma reorganização progressiva dentro do grupo de pares, potenciando o desenvolvimento de conceitos como a reciprocidade, solidariedade e lealdade (Hartup, 1983). A aceitação do grupo no contexto escolar e o correspondente sentimento de pertença mostra-se relevante na predição das competências sociais, da autoestima e das competências académicas (e.g., Gifford-Smith & Brownell, 2003). Mas, relativamente à qualidade das relações estabelecidas com os pares, julga-se fundamental realizar alguns esclarecimentos. Contudo, ao referir a “vinculação aos pares” não se pretende imprimir um carácter de rivalidade com as figuras parentais. Pelo contrário, parece haver uma postura de complementaridade. Oliva, Parra e Sánchez-Queija (2002) observam, no seu estudo realizado com 513 adolescentes entre os 13 e os 19 anos de idade, que a vinculação aos pares, bem como o suporte parental promoviam o ajustamento emocional para ambos os géneros na adolescência. No entanto, para adolescentes mais velhos, a relação com os pares, embora não fosse determinante, parecia constituir um fator mais relevante do que o apoio parental. Os resultados não revelaram interação de efeitos, pelo que os pares e os pais mostraram uma influência independente no ajustamento emocional. Nesta medida, o próprio facto do adolescente caminhar para a autonomia face às figuras parentais leva a que haja uma natural aproximação com as figuras dos pares, que vão satisfazendo as necessidades de vinculação (Steinberg, 1990).

A investigação empírica tem vindo a observar a qualidade de vinculação aos pais enquanto um dos preditores da qualidade relacional com os pares (Bartholomew & Horowitz, 1991; Benson, McWey, & Ross, 2006; Hazan & Zeifman, 1994, 1999; Klohnen, Weller, Luo, & Choe, 2005; Mota, 2008; Ryan, La Guardia, Solky-Butzel,

Chirkov, & Kim, 2005). Em Portugal, alguns estudos (e.g., Mota & Matos, 2009; Rocha, 2008) sublinham a importância da qualidade dos laços emocionais construídos com os pais, em particular com a mãe, no desenvolvimento da auto-estima. Estudos longitudinais apresentam, ainda, que os adolescentes que funcionam com modelos internos dinâmicos seguros são mais populares no grupo de pares, têm um maior número de amigos que os adolescentes inseguros, demonstrando ainda maior disponibilidade para novos relacionamentos (Lieberman, Doyle, & Markiewicz, 1999). Ao longo da adolescência, vão surgindo novas figuras na rede relacional, potencialmente significativas no preenchimento de necessidades afetivas. Assim, partindo da conceção que o desenvolvimento das crianças e jovens é pautado pela qualidade da ligação aos pares, e atendendo a que qualidade da vinculação parental parece ser essencial para o seu desenvolvimento psicossocial (Mota, 2008).

A forma como os modelos de vinculação são expressos nos panoramas da vida real continua a apresentar-se como uma área de grande interesse e muito explorada pela investigação da vinculação.

1.2. Estilos Parentais

A envolvimento e dinâmica familiar são determinantes em muitas problemáticas do indivíduo. Neste sentido, segundo Gfroerer et al. (2011), os estilos parentais encontram-se identificados como os principais determinantes do funcionamento familiar e do bem-estar das crianças/ adolescentes

Os estilos parentais educativos referem características globais do relacionamento entre pais e filhos. São entendidos como variáveis de carácter mais abrangente relativamente constantes ao longo do tempo e das situações, no qual as práticas mais específicas ganham expressão de acordo com os valores e objetivos dos pais Darling & Steinberg (199). Enquadram objetivos e valores que correspondem aos processos cognitivos parentais, que englobam as expectativas, as crenças, os pensamentos, as ideias e as percepções que os pais têm e desenvolvem sobre o crescimento dos seus filhos (Miguel, Valentim e Carugati, 2009)

Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005) definiram o conceito de socialização parental com base num modelo relacional e consideram-na como a predominância de certos padrões de comportamento dos pais com os filhos, em múltiplas e diferentes situações, e as consequências que esses padrões têm para a própria relação paterno-filial

e para os membros implicados. Deste modo, o que define um estilo de socialização parental não é a existência de determinados comportamentos em situações isoladas, mas sim formas de atuação específicas – padrões – em múltiplas situações, e a inclusão das consequências que as mesmas têm não só nos pais e nos filhos como também em outros sujeitos que estejam envolvidos (Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby, 1963, 1975, 1984, 2000a, 2000b; Musitu, 2002; Oliva & Parra, 2004; Rodrigo & Palacios, 1998; Tristão, 2009; Turiel, 2005; Vitali, 2004). Assim, este modelo surgiu como consequência de uma série de estudos que operacionalizaram os pressupostos do modelo anterior (responsividade e exigência de Maccoby e Martin, 1983). Com base na abordagem Comportamentalista/Behaviorista que estudava a forma como o controlo - as contingências de reforço e punição - no ambiente próximo à criança moldavam seu comportamento (Watson, 1928, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993). Deste modo, enfatizava as práticas parentais em detrimento das crenças e dos valores parentais, pelo que as diferenças no desenvolvimento de cada criança eram consideradas como o reflexo de diferentes ambientes.

Portanto, este conceito de estilo parental foi usado para elucidar as consequências de práticas parentais específicas (Vitali, 2004) desenvolveram dois grandes eixos ou dimensões no modelo a partir das relações percebidas dos comportamentos dos pais: a aceitação/implicação e a coerção/imposição (Lamborn et al., 1991; Steinberg et al., 1994). A aceitação/implicação supõe que os comportamentos do filho ajustados às normas de funcionamento familiar, sejam reconhecidos pelos pais com demonstrações de aprovação e aceitação. Esta forma de atuação relaciona-se de forma positiva com expressões e reações parentais de afeto e carinho quando o filho se comporta de maneira adequada e negativamente com a indiferença dos pais face aos mesmos comportamentos. Contudo, quando o comportamento do filho viola as regras, se os pais têm uma elevada implicação/aceitação, fomentam o diálogo e a expressão emocional, e quando é baixa reagem através da indiferença e da displicência. As práticas parentais associadas a esta dimensão são o afeto, a indiferença, o diálogo e a displicência, que descrevemos de seguida:

- *Afeto*: refere-se ao grau em que o pai/mãe expressam carinho ao filho quando este se comporta corretamente;

- *Indiferença*: refere-se ao grau em que o pai/mãe não reforçam os comportamentos corretos do filho, permanecendo inexpressivos e insensíveis;
- *Diálogo*: refere-se ao grau em que o pai/mãe recorrem a uma comunicação bidirecional quando o comportamento do filho não se considera adequado;
- *Displicência*: refere-se ao grau em que o pai/mãe reconhecem os comportamentos não adequados do filho, mas não estabelecem de forma consciente e deliberada o diálogo ou a comunicação com este. Quando os pais pontuam alto nesta dimensão são muito envolvidos: se o filho não age conforme as normas familiares, recorrem ao diálogo e ao raciocínio para lhe explicar os efeitos de um comportamento negativo e as vantagens da sua modificação, o que o ajuda a compreender melhor os motivos que levam os pais a mostrar-se discordantes com os seus comportamentos e a negociar formas intermédias de atuação. Mas, quando os pais estão pouco envolvidos, o filho pode interpretar a reação parental como indiferente, e percebe que estes pensam que ele é incapaz.

As dimensões parentais consistem em vários comportamentos parentais que detêm um significado semelhante ou que convergem para um mesmo sentido (Maccoby & Martín, 1983; Mansager & Volk, 2004) compreender as normas familiares ou que estas são arbitrárias, dependendo do estado emocional do progenitor. Portanto, salientamos que neste estilo de aceitação/implicação afirma que o desenvolvimento da autonomia do adolescente se encontra implícito no próprio processo de socialização e é reconhecido pelos pais mediante a complacência. O comportamento do filho, através das manifestações comportamentais dos pais, convergirá com estes (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva & Parra, 2004; Shaffer, 2000, cit. in Lorence, 2007; Steinberg et al., 1994). Este estilo de socialização é na realidade constituído por dois extremos inversamente relacionados de uma mesma dimensão – implicação e aceitação (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Nunes 2015) .

A *coerção/imposição* é uma dimensão de socialização parental utilizada apenas quando os filhos se comportam de forma discrepante com as normas de funcionamento familiar, para suprimir os comportamentos, recorrendo isolada ou simultaneamente à privação, coerção verbal e física e à imposição: i) *privação* diz respeito ao grau em que os pais privam o filho de uma vivência gratificante ou lhe retiram um objeto para corrigir

comportamentos inadequados; ii) *coerção verbal* relaciona-se com o grau em que o pai ou mãe repreendem ou castigam o filho quando este se comporta de maneira incorreta.; iii) *coerção física* refere-se ao grau em que os pais castigam fisicamente (e.g., bater, esmurrar, etc.), quando este se comporta de maneira incorreta. Embora estas práticas parentais possam parecer mais eficazes que o diálogo e a comunicação, implicam intervenções mais drásticas e com uma grande carga emocional, o que pode causar ressentimentos nos filhos face aos pais e problemas comportamentais. Podem conduzir ao controlo imediato do comportamento, mas se não forem complementadas com o raciocínio e diálogo, será apenas temporário ou limitado à presença dos pais, que funciona como estímulo inibidor (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2003, 2006; Oliva & Parra, 2004). O ideal seria que o castigo não fosse severo e ocorresse logo após a transgressão, e que fosse aplicado conscientemente e acompanhado com alternativas de comportamento apropriadas nas situações (Berstein & Lamb, 1992, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Baião, 2008; Oliva, 2006; Oliva & Parra, 2004; Vitali, 2004). Segundo Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005), este estilo *coerção/imposição* constitui uma dimensão independente da aceitação/implicação, pois não se pode prever nada de uma mesmo conhecendo a outra. A revisão da literatura salienta que, durante a infância, os pais são uma importante fonte de apoio para as crianças, mas, à medida que estas vão crescendo, tornam-se mais autónomas e independentes, e estabelecem novas relações sociais fora do contexto familiar durante a adolescência. Neste sentido, não podemos esperar que uma criança com 10-11 anos perceba os comportamentos dos seus pais da mesma maneira que um jovem com 18 anos, ou que um rapaz os perceba de forma semelhante a uma rapariga (Musitu & García, 2001, 2004; Parra & Oliva, 2006; Shaffer, 2000, cit. in Lorence, 2007). Durante a adolescência (sobretudo na adolescência inicial), é fundamental que os pais continuem a exigir responsabilidades, estabelecer limites e monitorizar as atividades dos filhos. À medida que os adolescentes crescem, os pais devem usar menos o controlo impositivo e autoritário, combinando-o com um controlo mais baseado na negociação e na compreensão e substituí-lo por uma relação mais equilibrada que lhes outorgue uma maior autonomia e liberdade (Brown et al., 1993; Oliva, 2003; Parra & Oliva, 2006).

Na abordagem relacional, Musitu e García (2001, 2004) conceptualizaram os estilos de socialização parental em duas dimensões que caracterizam a relação paterno-filial, a qual só pode ser entendida considerando-as simultaneamente. Neste sentido,

quando se cruzam as duas dimensões, surgem quatro categorias de estilos de socialização parental, caracterizadas por uma forma específica de encarar a socialização dos filhos – firme, indulgente, autoritário e negligente (Lamborn et al., 1991; Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004, 2005; Santos, 2008; Steinberg et al., 1994). Estes estilos resumem a função heurística da relação parental, pois reúnem os padrões comportamentais dos pais na socialização com os filhos (Lila et al., 2000). De facto, parece existir alguma consistência interna e estabilidade temporal das estratégias e recursos que aqueles usam. Portanto, podemos considerar que existem estilos de socialização predominantes e universais sem, contudo, nos pronunciarmos sobre tipos puros (sendo esta tipologia uma simplificação da realidade) (Musitu & García, 2001, 2004a).

De seguida, descrevemos os estilos de socialização parental, considerando as duas dimensões extremas de aceitação/implicação e de coerção/imposição simultaneamente. O *estilo firme* caracteriza-se pelo elevado nível de aceitação/implicação e de coerção/imposição. Estes pais esforçam-se por dirigir as atividades do filho, mas de forma racional e orientada para o processo, por incentivar o diálogo verbal e a comunicação, pelo que partilham o raciocínio subjacente às regras e normas familiares e exigem o seu cumprimento. Assim, tentam exercer o controlo firme do seu comportamento, mas consideram os interesses, direitos e qualidades dos filhos, pois em caso de divergências dão-lhes espaço para expressarem a sua opinião e para o debate, recorrendo pouco ao reforço punitivo e mais à razão e ao poder para justificar os seus objetivos. Estes pais valorizam qualidades expressivas e instrumentais como o diálogo, a capacidade de iniciativa e maturação pessoal, a tomada de decisões e autonomia. A diferença dos pais indulgentes reside no facto de utilizarem a coerção física, verbal e a privação no caso de quebra das normas familiares pelos filhos. O *estilo indulgente* predomina nos pais com um elevado nível de aceitação/implicação e baixo de coerção/imposição, pelo que tendem a aceitar os impulsos, desejos e comportamentos do filho. Estes pais consultam os filhos quanto às decisões familiares internas e explicam-lhes as regras e o raciocínio subjacente, mas não os obrigam a cumpri-las. Evitando atribuir castigos e coerções, consideram que os filhos são capazes de regular o seu próprio comportamento. Contudo, não os obrigam a obedecer a padrões comportamentais estabelecidos socialmente, pois recorrem ao raciocínio e ao diálogo para inibir comportamentos menos adequados. O *estilo autoritário* relaciona-se com a existência de um baixo nível de aceitação/implicação com os filhos e elevado de coerção/imposição. São pais muito exigentes e pouco atentos e

sensíveis aos interesses e desejos ou opiniões dos filhos, não os incentivam a expressarem-se, sendo a comunicação geralmente unilateral e afetivamente reprobatória. Assim, estes pais tentam modelar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes do filho com um conjunto de regras-padrão tidas como absolutas, valorizam a obediência e, por isso, recorrem a estratégias punitivas e de força quando o seu comportamento não vai ao encontro do considerado aceitável (controlo restritivo que impõe o cumprimento das normas). Da mesma forma, valorizam o respeito pela autoridade, pelo trabalho e pela manutenção da ordem e das tradições. No *estilo negligente*, existem baixos níveis quer de aceitação/implicação, quer de coerção/imposição, ou seja, existe falta de supervisão, controlo e cuidado dos filhos. Os pais negligentes geralmente permitem que os filhos cuidem de si mesmos e definam as suas próprias regras, responsabilizam-nos pelas suas necessidades físicas e psicológicas e atribuem-lhes uma independência afetiva e material quase total. De facto, estes pais questionam pouco os filhos sobre as decisões e regras familiares, não as explicam nem lhes exigem o seu cumprimento, pelo que reagem com indiferença quer os filhos se comportem de acordo com as regras, quer as transgridam.

Em síntese a parentalidade, é descrita como uma das tarefas mais complexas, difíceis e com maiores desafios e responsabilidades para o ser humano (Barroso & Machado, 2010). É um processo em desenvolvimento em que as funções e as necessidades dos filhos se vão modificando ao longo do seu crescimento. Esta é uma etapa que exige modificações e reformulações a vários níveis: cognitivo, biológico, social e afetivo, exige a adaptação de identidade, quer conjugal, quer individual (Alarcão, 2006).

1.3. Competências Emocionais

O percurso das emoções ao longo da história tem sido bastante interessante. Na filosofia ocidental, as emoções eram tradicionalmente vistas com alguma suspeita, como forças disruptivas. Aristóteles considerava que certas emoções negativas deveriam ser controladas ou moderadas. O estoicismo defendia o distanciamento do indivíduo da vida emocional, enquanto que, mais recentemente, perspetivas como a de Freud ou Hobbes, levavam a crer que seguir o ritmo natural das emoções abriria portas para o descontrolo emocional e o caos social (Campos et al., 2004). As posições mais recentes encontradas relativamente a este tema, na Psicologia, levam a uma definição que se aproximaria de algo como: as emoções são “elementos psicológicos distintos com base biológica,

caracterizados por padrões de curta duração, envolvendo percepção, experiência, fisiologia e ação comunicativa” (Campos et al., 2004, p. 713).

Relacionando-se com o desenvolvimento global do organismo, o desenvolvimento emocional depende da maturação das estruturas biológicas e psicológicas, que sofrem a influência do meio (Machado, 2012), principalmente das experiências com as figuras de vinculação (Soares, 2009). De acordo com Denham e colaboradores (2008), o desenvolvimento emocional, que decorre ao longo do ciclo vital, inclui a expressão e experiência emocional, a compreensão das emoções próprias e dos outros e a regulação emocional. Durante os primeiros anos de vida, a vivência emocional restringe-se a uma regulação emocional que ocorre no sentido da hetero-regulação para a auto-regulação (Soares, 2009). Até aos três anos o desenvolvimento da regulação emocional consiste em (1) estabelecimento de uma regulação dos ciclos fisiológicos, (2) sincronização da interação diádica, (3) constituição da relação de vinculação e (4) aprendizagem do controlo de impulsos, estabelecimento de autonomia e internalização de normas para a interação social (Soares, 2009).

Goleman (1995, 1999) salienta, que o cérebro está concebido desde o início para captar e responder a expressões emocionais específicas; a empatia é um dado biológico. Isto pressupõe que numa relação entre dois sujeitos, cada um deles tem recetores para captar esses estados corporais e fisionómicos, e poder traduzi-los numa interação. Estas transferências dos estados de espírito de pessoa para pessoa, ao que Goleman (1995, 1999) chama contágio emocional, são importantes na percepção do outro, ao ponto de podermos repetir-lhe os gestos, entrando assim em sincronismo. É este nível de sincronismo, que reflete a profundidade de uma interação e facilita a receção de estados de espírito, quer sejam positivos ou negativos, (Goleman, 1995, 1999).

Goleman (1995), baseado em dados empíricos, caracterizou e deu contornos ao conceito de inteligência emocional. Para tal, fragmentou-o em cinco capacidades, sendo estas competências emocionais, tendo cada uma delas a sua focalização ao nível dos comportamentos expressos, dos sentimentos e emoções vivenciados, nomeadamente:

1. *Conhecer as próprias emoções*: é a autoconsciência, a competência para perceber-se emocionalmente;

2. *Gestão de emoções*: ou seja, onde termina a ação da amígdala e inicia a ação neocortical;

3. *Automotivação ou motivarmo-nos a nós mesmos*: traduzindo a destreza de modificar padrões comportamentais e atitudinais, partindo da aprendizagem de utilização da energia das emoções;

4. *Reconhecer as emoções nos outros*: ou seja, empatia;

5. *Gestão de relacionamentos em grupos ou gerir relacionamentos*: reportando-se à capacidade que traduz a aptidão para gerir as emoções plurais no grupo;

As emoções são padrões de ação automática essenciais para a sobrevivência. Todavia, se agirmos segundo esses padrões sem qualquer tipo de filtro ou regulação, podemos ter alguns problemas a nível social (Damásio, 2010; Gross, 2008; Rieffe et al. 2007). Tendo em conta a importância das emoções para o equilíbrio humano, surge o conceito de competência emocional, que se define como a capacidade de identificar, expressar, regular e usar as suas emoções e as dos outros (Lahaye, Luminet, Broeck, Bodart, & Mikolajczak, 2010). Por outras palavras, mostra-se como a capacidade de detetar os próprios estados emocionais, o que os causou e as consequências dos mesmos, que são condicionadas não só pela relação do acontecimento com aspetos psicológicos, mas também pelos fatores do temperamento da pessoa (Meertum Terwogt & Olthaf, 1989; Saarni, 1999). A competência emocional desenvolve-se durante a primeira infância através da contribuição de fatores intrínsecos como a idade, o género e os processos fisiológicos, e também de fatores extrínsecos como o contexto social e familiar, que determinam as diferenças individuais (Scharfe, 2000, cit in Lahaye, Luminet, Broeck, Bodart, & Mikolajczak, 2010).

Alguns estudos demonstram que as crianças com maior capacidade de reconhecer e nomear emoções são mais aceites pelos pares (Garner, Jones, & Miner, 1994; Izard, 1971). Melhores resultados no reconhecimento e na nomeação das emoções correlacionam-se positivamente com a competência social quando se controla índices de inteligência e de temperamento (Izard, 2001).

As crianças desenvolvem gradualmente a competência de identificar emoções, de reconhecer o significado das expressões faciais, e de compreender o modo como as características das situações podem afetar as emoções dos outros (Denham & Couchoud, 1990; Gross & Ballif, 1991; Michalson & Lewis, 1985). Estas aquisições são influenciadas por diversos fatores de risco/proteção de natureza ambiental (e.g., sintomas depressivos da mãe), pelo estabelecimento de uma relação de vinculação segura (Rosnay

& Harris, 2002), pelas competências cognitivas da criança, em particular as suas competências verbais (Bennett, Bendersky, & Lewis, 2005; Cutting & Dunn, 1999; Izard, 2001; Rosnay & Harris, 2002) e; pela inteligência verbal da mãe (Bennett et al., 2005). No entanto, Tronick (1989) e Izard (2001) sugerem que as competências para compreender sinais emocionais, os discriminar e; responder de modo adequado sejam, de alguma forma, independentes do desenvolvimento cognitivo, sendo influenciadas por fatores hereditários. A capacidade de nomear verbalmente as emoções e de as identificar, não verbalmente, aumenta dos dois aos quatro anos e meio de idade (Denham & Couchoud, 1990; Denham, 1998; Denham, 2007). As crianças começam por aprender a diferenciar entre situações felizes e situações não felizes, e mais tarde a distinguir entre as situações de tristeza, raiva ou medo (Denham, 1998; Mostow, Izard, Fine, & Trentacosta, 2002). Entre os três e os quatro anos, na sua maioria, as crianças já conseguem reconhecer e nomear expressões emocionais, com base nas emoções básicas, quando lhes são apresentadas fotografias (Hughes & Dunn, 1998) e, com três anos, reconhecem um mínimo de quatro, de entre cinco, emoções com base na sua expressão facial (Pons & Harris, 2004). As expressões de alegria são discriminadas mais cedo e com maior facilidade pelas crianças, seguidas das de tristeza e, mais tarde, das expressões de raiva e surpresa (Walden & Field, 1982). Crianças com cinco anos identificam as emoções (não verbalmente) com maior facilidade do que as nomeiam verbalmente. Contudo, nomeiam mais facilmente as emoções de alegria e de tristeza, comparativamente com as de raiva e medo, tendo maior dificuldade na nomeação das emoções de medo e nojo (Denham, 1998; Machado 2008)

Não existe um corpo separado da mente, tal como não existe uma separação entre Emoção, Razão e Comportamento. Segundo Damásio (1994), um comportamento, um ato decretório, tem mais de emocional do que uma “razão pura”. Desta forma, se o comportamento é emocional, importará considerar esta dimensão na relação pais-filhos. Sobre a importância das emoções neste contexto, Barry e Kochanska (2010), referem: “*a resposta emocional dos pais às emoções expressas pelos filhos têm importantes consequências ao nível do desenvolvimento social e emocional, regulação psicofisiológica, coping, compreensão emocional e a qualidade das amizades que os filhos estabelecem*”. Nesta linha de pensamento, Alegre e Benson (2010) referem que os filhos de pais que ignoram sistematicamente os filhos (negligência), que exercem uma disciplina rigorosa e que não estabelecem uma boa relação comunicativa com os seus

filhos, irão desenvolver menores índices de inteligência emocional. Ora, uma menor inteligência emocional implica uma menor eficácia ao nível das respostas às problemáticas quer do self, quer àquelas que são exteriores o que resultará, segundo os mesmos autores (2010), em fenómenos mal-adaptativos de internalização e externalização comportamentais, dada essa falta de competências. Existe, assim, um fraco insight do adolescente, facto que tem na sua génese uma falta de envolvimento emocional na relação entre este e os pais. É necessário que os pais promovam a expressividade emocional na relação com os seus filhos, para que estes aprendam a reconhecer e a gerir estados emocionais.

A literatura sugere que a expressividade emocional positiva da família, o discurso sobre emoções e a aceitação de exposições emocionais estão relacionados com níveis mais elevados de compreensão emocional e de competência emocional (Denham et al., 1997; Dunn & Brown, 1994).

1.3.1. Consciência emocional

A Consciência Emocional permite uma regulação emocional adaptativa, envolvendo processos de atenção e aspetos referentes a atitudes. Nos aspetos de atenção insere-se a capacidade de monitorizar as emoções, diferenciar qualitativamente entre diversas emoções, localizar a sua origem, reconhecer as alterações fisiológicas das várias experiências emocionais, comunicar os estados emocionais não escondendo as emoções e, ainda, disponibilidade face às próprias emoções e às emoções dos outros (Rieffe, Terwogt & Jellesma, 2008). Já no âmbito dos aspetos ligados as atitudes, estes dizem respeito a questões como valorizar as emoções como algo positivo ou negativo de si e considerar as experiências emocionais processos privados ou interpessoais. Integra-se neste âmbito ainda a partilha das emoções com os outros e a relevância das emoções dos outros (Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & Ly, 2008).

Quando a emoção se revela o foco da atenção do indivíduo, o sistema autónomo é interrompido, dando início às atividades de controlo. A Consciência Emocional é, então, um pré-requisito para esta capacidade de controlar, experimentar e lidar com as emoções provocadas por determinado acontecimento. Assim, quanto mais precisa e elaborada for a Consciência Emocional, maior é a probabilidade de encontrar a resposta mais adequada e adaptada a cada situação (Rieffe et al. 2007).

1.4. Resiliência

No Resilience Research Centre at Dalhousie University as pesquisas efetuadas desde 2002 sobre a resiliência, afastaram-se de uma perspectiva individualista, focada em traços e predisposições pessoais (Yunes, 2003), para se centrar em crianças, jovens e famílias numa perspectiva cultural e contextual (Ungar, 2012). Os resultados têm vindo a revelar que a resiliência de quem se desenvolveu em contextos difíceis ou enfrentou significativas adversidades, dependeu tanto quanto, ou talvez muito mais, da qualidade das ecologias sociais e físicas circundantes, do que de traços de personalidade, cognições ou competências pessoais (Ungar, 2012).

Tornar-se resiliente assenta sobre um desenvolvimento humano positivo face à adversidade, o que sugere que fatores ecológico-sociais (e.g., família, escola, bairro, serviços comunitários, entre outros) e as questões culturais são tão importantes como aspetos positivos do desenvolvimento psicológico sob situações de stress (Ungar, 2012). As inúmeras pesquisas que têm vindo a ser efetuadas na área da genética, aprendizagem, desenvolvimento humano, processos familiares, respostas comunitárias às situações de adversidade e trauma fornecem uma base sólida para entender a resiliência, que corresponde claramente ao desequilíbrio entre sujeitos vulneráveis impossibilitados de usufruir de um desenvolvimento sob o efeito de ambientes que promovam ou impossibilitem os processos que a fomentam (Ungar, 2012).

Para Cyrulnik (2001), a ideia basilar deste constructo não é a de adaptação, mas a de progressão face às adversidades, permitindo redirecionar cada indivíduo perante circunstâncias críticas a um novo percurso pessoal, após a vivência de uma rotura, consequência do confronto de situações ameaçadoras. No seu estudo, Pessanha (2005) menciona existir necessidade de estabelecer a ponte entre fatores desenvolvimentais e comportamentais, sobretudo no que diz respeito a processos que se cingem à fuga do risco e às dimensões da resiliência, sendo que esta é uma componente positiva no que concerne ao risco e engloba, simultaneamente, fatores de proteção de vários graus e dimensões, como a ontogenética, microssistémica, ecossistémica e macrossistémica (Pessanha, 2005). No entanto, pensar para a vida a ausência de risco ou de eventos mais ou menos stressantes, inesperados e dolorosos, é impossível.

A construção de uma identidade resiliente deve ser considerada como um processo desenvolvimental, cujo percurso facilita e permite interligar o modo como as estruturas

mentais se modificam e distinguem perante contextos reais, mais ou menos negativos, de modo a integrar competências cognitivas intrínsecas ao constructo de resiliência (Ralha-Simões, 2014).

O conceito de resiliência emerge desde que a Psicologia o introduziu a partir da engenharia, onde é explicada a eficácia dos materiais para suportar pressões sem atingir a rotura, aguentando tensões através da maleabilidade estrutural interior (Ralha-Simões, 2014). As várias definições sobre resiliência que foram surgindo inventariaram-se de quatro formas diferentes. Uma relacionam o fenómeno com os elementos de naturalidade e adaptabilidade, outras incluem a noção de capacidade e habilidade, outras ainda realçam a ligação de fatores internos e externos e há as que definem resiliência como adaptação e ao mesmo tempo como processo (Vesga & Ossa, 2013).

É esperado que um indivíduo resiliente possa responder de forma coerente e consistente aos desafios e dificuldades, reagindo com flexibilidade e capacidade de recuperação, assim como consiga demonstrar capacidade de resistência à frustração (Simões, 2007). A resiliência não pode ser restringida a uma qualidade, trunfo ou recurso interno, ela é um potencial presente em cada um, mas desenvolvido diferentemente em função da fase do desenvolvimento psicológico, do ciclo de vida e das circunstâncias ambientais. Alguns autores reconhecem a competência social, a capacidade de resolução de problemas e o sentido de autonomia e de propósito como componentes internos da resiliência (Spano, 2001; Yunes, 2005).

Para Ceconello e Koller (2000) e Grotberg (cit in Ralha-Simões, 2014) “resiliência seria uma capacidade de adaptação de natureza particular, adquirida numa idade precoce, relacionada com o estabelecer de vínculos afetivos com os outros, permitindo associá-la a modelos teóricos como o de Erikson com a sua dicotomia - confiança versus desconfiança”

Os elementos basilares da resiliência envolvem fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que, em inter-relação, vão determinar atitudes face a experiências stressantes. Para a sua definição, é relevante clarificar se a resiliência é classificada como um traço, um processo ou um resultado (Khanlou & Wray, 2014; Southwick, Bonanno, Masten, Panter-Brick, & Yehuda, 2014). Ser resiliente pressupõe a interação dinâmica de um conjunto de fatores que, face às várias etapas de desenvolvimento, se vão transformando. As adversidades e contratempas da vida não são estáticos, implicando por

isso uma preparação para viver e aprender com essas experiências (Simões, Matos, Ferreira, Tomé, & Diniz, 2009). Perante uma família desfeita e um meio social pobre, sem propostas, os indivíduos apresentam muito provavelmente, comportamentos desviantes. Fatores de adaptabilidade não são em si fatores de resiliência: eles permitem uma sobrevivência imediata, mas detêm os desenvolvimentos e favorecem dificuldades em cascata (Cyrulnik, 2001). Existem vários modelos científicos formulados para obter e caracterizar a complexidade desta realidade. Puig e Rubio (2013) descrevem um conjunto de modelos físicos, matemáticos, conceptuais, analógicos e os modelos mistos que explicam o processo da resiliência e geram alternativas para a sua promoção.

A Associação Americana de Psicologia (AAP, 2015) define resiliência como “o processo de adaptação face a situações de adversidade, trauma, tragédia, ameaças ou fontes significativas de stress”. Segundo a AAP (2015), as pesquisas revelam que a resiliência é algo comum a todos os indivíduos. A resiliência, define-se por um conjunto de comportamentos, pensamentos e atitudes que qualquer indivíduo pode aprender a desenvolver, podendo ser encarado como um processo evolutivo do ser humano (AAP, 2015; Ralha-Simões, 2014). Neste construto, está implicado um conjunto de fatores (AAP, 2015). Contudo, o fator indispensável para o desenvolvimento da resiliência é baseado nas relações de amor e de suporte dentro e fora do círculo familiar. É nesta perspetiva que Cyrulnik (2003, 2004) defende a pertinência da relação de vinculação estabelecida com as figuras parentais para o desenvolvimento do processo resiliente, na medida em que as experiências vivenciadas nos inícios da vida e os laços estabelecidos baseados no apoio, segurança, admiração e afeto promovem o desenvolvimento da autoestima, autoeficácia, autoconfiança, autonomia e empatia dos adolescentes (Bowlby, 1969; Canavarro, 1999). Ou seja, é a partir da construção de relacionamentos que alimentem o afeto e a segurança que são fornecidos os modelos que disponibilizam ânimo, segurança e confiança, contribuindo para fortalecer a capacidade de resistência dos sujeitos.

Considerando que, geralmente, os primeiros relacionamentos sociais surgem no seio familiar, a vinculação torna-se um fator imprescindível para o desenvolvimento do processo resiliente em crianças/jovens, transmitindo-lhes segurança e confiança para encarar o mundo (Fergusson & Lynskey, 1996; Melillo, Estamati, & Cuestas, 2001). Nesta medida, a autonomia e segurança que as figuras parentais propiciam aos seus filhos nos primórdios da relação auxilia na obtenção de recursos intrapsíquicos essenciais que

contribuem para a fomentar o processo resiliente (Cyrulnik, 2004; Golse, 2006; Guedeney, 2006). Desta forma, uma relação entre pais e filhos sustentada no afeto, encorajamento, auxílio, compreensão, coesão, aceitação, elogios, limites e castigos moderados contribui para o fomentar do processo resiliente dos adolescentes (Barrera & Li, 1996; Manciaux, 2003). A percepção dos pais enquanto fontes de amor, afeto e valorização promove uma maior segurança interior e maior autoconceito nas crianças/adolescentes e, por sua vez, auxilia na elaboração da resiliência (Bowlby, 1969; Fergus & Zimmerman, 2005; Rutter, 1996). Por conseguinte, o estudo de Michael e Ben-Zu (2007), com uma amostra de 269 adolescentes, com idades compreendidas entre os 16 e 18 anos, cujo objetivo era observar a relação entre a vinculação aos pais e a sintomatologia depressiva e comportamentos de risco, denotou que um vínculo seguro estabelecido com as figuras parentais se constitui como fator protetor do desenvolvimento dos adolescentes. Assim, o desenvolvimento de uma vinculação segura com as figuras parentais constitui-se um marco para a vida dos sujeitos envolvidos (Bowlby, 1969), em que estas figuras, enquanto bases seguras, promovem a exploração, o alcance de capacidades e uma maior autovalorização e autoeficácia do indivíduo (Sarason, Sarason, & Pierce, 1990). Em suma, verificou-se que o estilo de vinculação estabelecido na infância não só está relacionado com as relações mais proximais, mas exerce também efeitos diretos no funcionamento global, ditando a potencial importância na adaptação inicial aos relacionamentos e bem-estar na idade adulta, ou seja, um estilo de vinculação seguro pode estar intimamente relacionado com crianças e jovens capazes de estabelecer relações interpessoais saudáveis e adaptativas (Englund I-Chun Kuo, Puig, & 2011), resilientes e autocompassivos (Kurilova, 2013), enquanto o estilo evitante pode contribuir para estabelecer interações desajustadas, podendo contribuir para o desenvolvimento de sérias dificuldades nas relações interpessoais futuras (e.g., entre pares, amorosas, no contexto profissional) entre outras complicações (Neff, 2012).

No entanto, à capacidade de ser resiliente associam-se outros fatores como a tendência para agir a partir de planos realistas, a capacidade criativa para executá-los, ter uma visão precisa e positiva sobre si mesmo e convicção e firmeza nas próprias forças e capacidades, apresentar boa capacidade de comunicação e de resolução de problemas e, ainda, ter aptidão para regular sentimentos e impulsos (AAP, 2015).

Historicamente, a resiliência tem vindo a ser explorada no âmbito dos estudos desenvolvimentais, centrando-se sobretudo na infância e adolescência. Ong, Bergeman e

Boker (2009) direcionaram a sua pesquisa principalmente para uma amostra de crianças de risco que foram expostas a graves acontecimentos de vida adversos como a pobreza extrema, doença mental dos pais, violência comunitária, entre outros. Os resultados obtidos vieram juntar-se ao já existente material de evidências empíricas apontando que resiliência é um fenómeno comum que emerge da orquestração combinada dos vários processos adaptativos básicos humanos. Subjacente a este conceito, sublinham-se duas categorias fundamentais: primeira, o facto de ter sido exposto a riscos significativos e, segunda, a evidência de uma adaptação positiva, embora sob graves ameaças de desenvolvimento (Garmezy, Masten, & Tellegen, 1984; Rutter, 1987; Werner, 1997).

A adolescência é um período do ciclo de vida onde existem muitos desafios e obstáculos significativos para o adolescente. Nesta etapa, os adolescentes ao entenderem que não podem resolver os seus problemas sempre de modo eficaz, podem começar a apresentar comportamentos desajustados com a sua família e sociedade. O estudo do HBCS realizado em 2010 (Aventura Social, 2010), dedicado ao estudo dos comportamentos e estilos de vida na adolescência, permite compreender que os fatores de risco e proteção nesta etapa não são transversais a todos os adolescentes. Alguns fatores como, por exemplo, o género e a idade são elementos importantes no processo de resiliência. Concretamente em relação ao género, este estudo concluiu que as raparigas apresentam mais frequentemente sintomas de mal-estar físico e psicológico e insatisfação com a vida, enquanto os rapazes mostram mais comportamentos de externalização (e.g., consumo de álcool e drogas, prática de atividade física) e maior satisfação com a vida. Em relação à escola, o mesmo estudo refere que os alunos continuam a gostar da escola, mas mostram grandes níveis de stress associados às tarefas escolares, que é maior nos adolescentes mais velhos. Neste estudo, foram encontradas características protetoras de nível social e pessoal, como, por exemplo, a comunicação com os pais, amigos, professores interessados nos alunos e capacidade de resiliência. As adversidades psicossociais a que as crianças e jovens se encontram expostas, e a forma como as mesmas conseguem ultrapassar essas adversidades desenvolvendo competências nesse sentido, tem incrementando várias investigações, na tentativa de encontrar indicadores da existência de fatores de resiliência que possam influenciar positivamente o desenvolvimento dos jovens, protegendo-os de se envolverem em situações de risco (Constantine, Benard & Diaz, 1999; Lemos, 2009). González e colaboradores (2009) consideram que as crianças e adolescentes são seres com capacidade para interagir com

o ambiente, sofrendo impacto, permitindo também modifica-lo, demonstrando faculdades de adaptação positiva. Neste caso, deixam de ser sujeitos passivos/beneficiários que recebem informação, passando a ser reconhecidos como atores do seu próprio desenvolvimento. Grunspun (2003, in Sapienza e Pedromônico, 2005) acredita que uma criança/jovem resiliente possui determinadas características, entre elas: i) *competência social*: criança flexível, atenciosa e sensível, revela as suas emoções, boa capacidade para comunicar e utiliza o bom humor perante dificuldades; ii) *competência para resolver problemas*: capaz de elaborar alternativas e pensar de forma crítica, quando consegue procura ajuda; iii) *autonomia*: sentido de identidade, autoestima e autocontrole e iv) *esperança no futuro*.

O período da adolescência também é uma fase em que os jovens mostram a capacidade de confrontar, refletir, analisar e tirar as suas próprias conclusões. Por isso, esta etapa é importante para desenvolver e fortalecer os fatores protetores e prevenir os fatores de risco, conseqüentemente potenciar a resiliência (Paladini et al, 2005).

A qualidade das relações precoces parecem estar relacionadas com o desenvolvimento dos jovens, identificando este fator como pré-requisito para a aquisição da resiliência, desempenho das competências sociais e relacionamentos entre pares (Bellini-Leite, Vargas, & Ireno, 2012; Ribeiro & Sani, 2009; Topitzes, et al., 2013 Werner, 1997). Porém, Haskett, Nears, Ward e McPherson (2006) frisavam, à data, a tendência da literatura emergente, destacando que algumas crianças, mesmo apresentando um historial de vivências de maus-tratos, apresentavam um atitude adequada, relativamente positiva e, até mesmo, um funcionamento apto. Também Faria (2008) alcançou resultados que confirmaram uma associação entre a vinculação segura e maior qualidade da relação com os pares.

As investigações no campo da resiliência são de grande importância, principalmente na avaliação dos modelos de vinculação e estilos parentais, uma vez que o meio familiar tem muita importância e, aquando de presença de adversidade, podem contribuir para as políticas preventivas e para o desenvolvimento da prática clínica. De acordo com Franco (2015), crianças mais resilientes tornaram-se adultos mais positivos, mais afirmativos e autoconfiantes, mais proactivos, mais audazes, e flexíveis perante circunstâncias imprevistas, bem como a principiar e a estabelecer relações interpessoais.

1.5. Pertinência do estudo

A comunidade científica desde há muito que se debruça sobre o estudo das relações precoces como impulsionadoras do desenvolvimento e comportamento humano nas mais variadas vertentes, tendo emergido uma vasta multiplicação de estudos em particular sobre a vinculação.

1.5.1. Objetivos

Dada a importância que a relação paterno-filial exerce na vida dos indivíduos e nas trajetórias de desenvolvimento adaptativo das crianças e jovens, as competências emocionais e de resiliência têm-se destacado como temas de grande interesse na investigação.

Assim de seguida apresentamos os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

1.5.2. Objetivos gerais

A presente investigação tem como objetivos gerais (OG):

OG1: Analisar padrões de vinculação, resiliência, consciência emocional e perceção dos estilos parentais dos adolescentes, em função de variáveis sociodemográficas.

OG2: Analisar a existência de padrões de correlação entre as variáveis vinculação, resiliência, consciência emocional e perceção dos estilos parentais.

1.5.3. Objetivos específicos

A partir dos objetivos gerais especificados, são definidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar os efeitos de género na vinculação, resiliência emocional, consciência emocional e perceção dos estilos parentais dos adolescentes;

OE2: Analisar efeitos de idade na vinculação, resiliência emocional, consciência emocional e perceção dos estilos parentais dos adolescentes;

CAPÍTULO II- METODOLOGIA

Nesta seção, realizamos uma descrição dos principais aspetos metodológicos da presente investigação.

2.1. Amostra

A amostra foi selecionada pelo método de conveniência (Hill & Hill, 2005) ou, segundo Fortin (1999), trata-se de uma amostra acidental, que pressupõe a inclusão de sujeitos no estudo “à medida que se apresentam e até a amostra atingir o tamanho desejado” (p.208). Deste modo, a amostra deste estudo é composta por 220 crianças e adolescentes, dos quais 112 são do sexo feminino (50.9%) e 108 do sexo masculino (49.1%), com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos (M=12.52, DP=1.7). A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes da amostra final por sexo, idade e ano de escolaridade

Tabela 1. Distribuição da amostra por sexo, idade e ano de escolaridade

		Sexo				Total
		F (50.9%)		M (49.1%)		
Idade	M	N	%	N	%	N
		Idade (M=12,52, DP=1,72)	10 anos	12	11	14
11 anos	23		20	28	25	51
12 anos	21		19	19	18	40
13 anos	16		15	15	14	31
14 anos	24		20	14	14	38
15 anos	15		14	10	7.6	25
16 anos	1		1	8	7.4	9
Idade Agrupada						
10-12 Anos		56	50	61	56	117
13-16 Anos		56	50	47	44	97

Ano de Escolaridade					
5º ano	32	29	28	26	60
6º ano	28	25	34	32	62
7º ano	14	12	12	11	26
8º ano	10	9	14	12.8	24
9º ano	28	25	20	18.2	48
Total	112	100%	118	100%	220

Nota: M= Média; DP= Desvio padrão; %= Percentagem

75% das crianças apresentam uma estrutura familiar nuclear (pais e filhos), 11% integram-se numa família monoparental, 8.5% numa família alargada (pais, filhos e avós/tios), 4.5% numa família reconstituída (casal em que pelo menos um dos membros tem filhos de uma anterior relação). Em 1% da amostra não se obteve qualquer informação.

2.2. Instrumentos

Para a recolha de dados utilizámos cinco instrumentos de auto-resposta, nomeadamente um *Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares*, *Escala de Resiliência (RS)* (Felgueiras, 2010), *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (ESPA)* (Musitu & Garcia, 2004), *Pessoas na Minha Vida (PIML)* (Santos, 2015), *Questionário de Consciência Emocional* (Sebastião, 2014).

Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

No presente estudo, utilizamos este questionário para a recolha de informações sociais e demográficas sobre os participantes, como idade, sexo, o ano de escolaridade que frequenta, número de reprovações.

Recolhemos igualmente dados dos familiares, tais como estado civil, profissão, habilitações literárias dos pais, bem como a estrutura do agregado familiar (cf. Anexo A).

Escala de Resiliência (RS; Wagnild & Young 1993; validação portuguesa: Felgueiras 2008)

A RS foi desenvolvida a partir de um estudo qualitativo realizado por Wagnild e Young (1990). Esta escala foi adaptada e validada para a população portuguesa por Felgueiras (2010). A escala apresenta uma estrutura multidimensional, estando presentes cinco dimensões, que, segundo Wagnild e Young (1990), constituem a resiliência. Os fatores foram denominados “Perseverança”, “Autoconfiança”, “Serenidade”, “Sentido de Vida” e “Autosuficiência”, respetivamente. Os itens apresentam uma escala de sete pontos de 1; (discordo totalmente); a 7; (concordo totalmente). A escala está validada para uma amostra de crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos de idade. Os scores possíveis variam de 25 a 175, scores elevados apresentando elevada resiliência. Os resultados relativos à fiabilidade são satisfatórios, com uma boa consistência interna, com alpha de Cronbach de .87.

Questionário Consciência Emocional (EAQ; Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & ly 2008; validação portuguesa por Sebastião, 2014)

O Questionário de Consciência Emocional para Crianças (Emotion Awareness Questionnaire for Children - EAQ Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & ly, 2008) consiste num instrumento de autorelato usado no âmbito da investigação e da prática clínica, tendo sido validado empiricamente através de pesquisas Sebastião (2014). Tem como principal objetivo avaliar os elementos chave do conceito de consciência emocional em crianças e adolescentes com idades entre os 10 e os 16 anos. Isto é, pretende identificar de que forma esta população sente e pensa as suas próprias emoções (Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & Ly, 2008).

Este questionário é constituído por um total de 30 itens. Estes encontram-se organizados em seis dimensões: i) diferenciar emoções; ii) partilhar verbalmente emoções; iii) não esconder emoções; iv) consciência corporal; v) atender às emoções dos outros; e vi) analisar as próprias emoções (Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & Ly, 2008). Os itens apresentam uma escala de três pontos; (Não é verdade, Por vezes verdade e Verdade). Relativamente á fiabilidade do questionário, esta apresenta uma consistência interna razoável apresentando valores entre .60 e .70, para a dimensão diferenciar emoções alfa de .76; partilhar verbalmente emoções .68; não esconder emoções .71;

consciência corporal .70; atender às emoções dos outros .71; e na dimensão analisar emoções .66, (Sebastião, 2014).

Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (ESPA29; Musitu & Garcia 2004; validação portuguesa por Nunes, 2015)

A Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (EPSA29) surgiu no contexto de investigação sobre estilos paterno-filiais, desenvolvida por Musitu e Garcia, em 2001, que elaboraram posteriormente uma reformulação da mesma em 2004. Este instrumento avalia os estilos de socialização de ambos os pais, (firme, permissivo, autoritário e negligente), partindo de duas dimensões gerais: a Aceitação/ Implicação e a Coerção/ Imposição (Musitu & Garcia, 2001, 2004). A versão portuguesa ESPA29 apresentou elevados níveis de consistência interna na escala total com um alfa de .97, na dimensão aceitação/implicação um alfa de .97 e na dimensão coerção/imposição .96, Nunes (2015).

Esta escala está dirigida para crianças/ adolescentes, com idades compreendidas dos 10 aos 16 anos. A criança/adolescente tem de avaliar separadamente o comportamento de pai e mãe em 29 situações significativas. A partir da análise das dimensões gerais, é possível obter estimativas mais detalhadas das subescalas: na *Aceitação/ Implicação*, o afeto, a indiferença, o diálogo e a displicência; na *Coerção/Imposição*, a coerção verbal, coerção física e a privação (Musitu & Garcia, 2001, 2004).

Pessoas da Minha Vida (PIML; Ridenour, Greenberg & Cook, 2006; validação portuguesa: Moreira, Fonseca, & Canavarro, 2013)

O PIML é um instrumento de autorrelato que avalia a vinculação de crianças e adolescentes aos seus pais e pares. Baseia-se e segue o modelo do Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA – Armsden e Greenberg, 1987). O PIML está dividido em duas escalas que podem ser utilizadas separadamente: uma está destinada a avaliar a vinculação com os pais (21 itens) e outra que avalia a vinculação com os pares (27 itens). Ambas as escalas são compostas por 3 fatores: confiança, comunicação e alienação. A escala para pares apresenta um fator adicional que remete para a delinquência dos pares (Santos, 2016). As respostas aos itens são feitas de acordo com uma escala de tipo likert

com quatro pontos (Quase nunca ou nunca é verdade, Às vezes é verdade, Muitas vezes é verdade e É quase sempre ou sempre verdade).

A versão portuguesa apresenta uma boa consistência interna, na escala total de vinculação aos pais apresenta um alfa de .89, e na escala de vinculação aos pares .89.

2.3. Procedimentos

2.3.1. Recolha de dados

No sentido de conseguir uma amostra representativa da população pretendida foi contactada uma escola; do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. A escola encontra-se inserida na rede nacional de escolas do ensino público, tendo sido selecionada por conveniência.

A escola teve à informação sobre o projeto de investigação, sendo a implementação do mesmo aprovado pela respetiva Direção Pedagógica de escola.

Foram aleatoriamente selecionadas várias turmas, do 5º ao 9º ano de escolaridade, para que fosse conseguido o número de alunos necessário à amostra pretendida. Após a seleção das turmas, foi entregue aos respetivos encarregados de educação dos alunos a autorização para a participação dos seus educandos. Nesse documento, foi explicado, de forma sucinta a investigação, contextualizando e explicando a mesma (Anexo 2).

Uma vez recolhidas as autorizações dos encarregados de educação, procedeu-se à aplicação dos questionários aos alunos, preenchendo os mesmos somente as crianças e adolescentes que tinham a autorização para o fazer por parte dos seus educadores. A fim de agilizar o processo, a aplicação dos mesmos foi realizada pela investigadora de forma a poder esclarecer quaisquer dúvidas, dos alunos autorizados pelos pais a participar no estudo.

Antes do início do preenchimento dos questionários, os alunos foram alertados para a importância da sua participação no estudo e da sinceridade das suas respostas. Foi novamente referido o objetivo dos questionários, contextualizando que fariam parte de um estudo científico. Foi indicado que teriam o tempo que julgassem necessário para o preenchimento do questionário, sendo sugerido que revissem o mesmo para se certificarem que nenhum item teria ficado por preencher.

A participação das crianças e adolescentes foi totalmente voluntária, sendo garantidos, todos os direitos de confidencialidade. Foi também esclarecido que a não participação dos sujeitos no estudo não implicaria qualquer consequência para os mesmos.

Não houve para os participantes diretos no estudo, ou quaisquer outros intervenientes, nenhum tipo de benefício, nomeadamente no que toca a incentivos financeiros ou de outra ordem.

2.3.2. Procedimentos de Análise e Tratamento de Dados

O processo de tratamento estatístico foi realizado através da análise estatística dos dados em estudo através do programa *Statistical Package for Social Sciences – SPSS*, versão 21.

Recorremos à estatística descritiva (médias, desvios- padrão), análise fatorial e medidas de avaliação da fiabilidade, estatísticas indiferenciais de comparação de grupos, estatísticas de associação (correlação).

De forma a poder proceder à análise fatorial exploratória dos instrumentos, foi realizado, separadamente, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que permitiu avaliar a existência de correlações lineares significativas entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2008). Os valores do teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) podem variar entre 0 e 1, em que o valor é tanto melhor quanto mais próximo estiver de 1. O valor de 0.60 é estabelecido como limite mínimo razoável (Pereira, 2006). De forma a avaliar a adequação dos dados à análise fatorial exploratória, foram ainda explorados, para cada instrumento, os valores do teste de esfericidade de Bartlett. A realização da análise fatorial exploratória seguiu o método das componentes rotação *Varimax*, a fim de agrupar os itens de cada dimensão de forma homogénea, de acordo com a disposição adequada de cada item, tanto estatística como conceptualmente.

Recorrendo-se aos testes de normalidade, verificaram-se o pressuposto de normalidade tanto para as versões como para os fatores do instrumento. Verificados os pressupostos de normalidade procedendo-se, então, ao cálculo dos coeficientes de correlação de Pearson. O coeficiente de correlação de Pearson (r) permite testar a intensidade da correlação linear entre duas variáveis, numa escala que varia entre -1 e 1,

onde a proximidade de r de um destes valores, mais forte será a relação (Pestana & Gageiro, 2014). Para o r , os autores determinam os seguintes valores:

$r < 0.2$ – correlação muito baixa;

$0.2 \leq r \leq 0.39$ – correlação baixa;

$0.4 \leq r \leq 0.69$ – correlação moderada;

$0.7 \leq r \leq 0.89$ – correlação alta;

$0.9 \leq r \leq 1$ – correlação muito alta.

3. RESULTADOS

A apresentação dos resultados encontra-se organizada de acordo com os objetivos inicialmente apresentados.

3.1 Estudo da estrutura fatorial e das propriedades psicométricas do Questionário de Consciência Emocional, do Inventário Pessoas na Minha Vida, Escala da Resiliência e Escala dos Estilos de Socialização Parental.

3.1.1. *Questionário Consciência Emocional*

No Questionário de Consciência Emocional (Rieffe, Oosterveld, Miers, Terwogt, & ly 2008), o coeficiente de Kaiser-Meier-Olkin (KMO) obtido foi de .71, o que indica que os dados são fatorizáveis. Também o teste de Bartlett indicou valores estatisticamente significativos. Através da análise dos eixos principais, com rotação *varimax*, foram obtidos seis fatores, explicando 49.41% da variância total dos resultados. Através da observação da Tabela 2, podemos verificar que os valores de comunalidade estão acima de .20 (oscilando entre .29 e .63). Fixamos as saturações dos itens acima de .40. O primeiro fator explica 14.1% da variância total, sendo composto por sete itens que representam *Diferenciar Emoções* (e.g., “Sinto-me muitas vezes confuso e baralhado sobre o que estou a sentir”). O segundo fator explica 11.8% da variância total, sendo composto por cinco itens que apresentam a dimensão *Não Esconder Emoções* (e.g., “Quando estou zangado tento não demonstrar”). O terceiro fator explica 7.3% da variância total, sendo composto por três itens que representam *Atender as Emoções dos Outros*, (e.g., “É importante saber como os outros se estão a sentir.”). O quarto fator explica 5.6% da variância total, sendo composto por cinco itens que representam *Analisar Emoções*, (e.g., “Quando estou zangado ou chateado tento compreender o porquê.”). O quinto fator explica 5.4% da variância total, sendo composto por dois itens que

representam a dimensão *Consciência Corporal* (e.g., “Quando estou assustado ou nervoso, sinto algo na minha barriga.”). Por último, o sexto fator explica 4.7% da variância total, sendo composto por três itens que representam *Partilhar Verbalmente Emoções* (e.g., “Tenho dificuldades em explicar como me sinto a um amigo.”). Foram eliminados os itens 26, 11 e 28 por saturarem, simultaneamente, acima de .40 em mais que um fator. O item 10 foi eliminado por ter uma saturação inferior a .40. Estes fatores tem correspondência com aqueles encontrados na versão portuguesa (Sebastião, 2008).

Em relação ao alfa de Cronbach, verificou-se que a eliminação dos itens 16 e 4 aumentaria o valor da consistência interna, pelo que se procedeu á sua eliminação (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 2.

Consciência Emocional : Médias (M), Desvios-Padrão (DP), Saturações Fatoriais e Comunalidades (h²), Variância de Cada Fator(%) e Consistência Interna (Alpha de Cronbach)

	M	DP	Fator*					h ²
			1	2	3	4	5	
29	1.97	.740	.766					.634
24	2.03	.743	.737					.581
19	1.95	.689	.621					.502
13	1.80	.613	.525					.448
7	1.85	.736	.500					.365
21	2.07	.808	.474					.287
1	2.11	.587	.409					.443
9	2.02	.761		.674				.467
20	2.10	.714		.673				.484
3	2.16	.745		.651				.504
25	1.84	.732		.636				.470
15	1.88	.749		.623				.458
27	2.67	.740			.775			.625
5	2.60	.607			.742			.607
17	2.70	.535			.637			.478
6	2.41	.638				.674		.475

18	2.30	.576		.611	.477		
12	2.29	.610		.566	.407		
22	1.32	.603		-.651	.628		
23	2.70	.530		.538	.456		
14	1.93	.651		.700	.570		
2	2.09	.663		.640	.563		
8	2.21	.686		.466	.435		
% Variância			14.6	11.8	7.3	5.6	4.7
(Total= 49.41%)							
Alpha Cronbach			.70	.69	.68	.50	.56
(Total= .71)							

Nota: Fator1- Diferenciar Emoções (DE); Fator 2- Não Esconder Emoções (NEE); Fator 3-Atender as Emoções dos Outros (AEO); Fator 4- Analisar Emoções (AE); Fator 5- Partilhar Verbalmente as Emoções (PVE)

3.1.2. Escala da Resiliência

Na Escala de Resiliência (Felgueiras et al., 2008), o coeficiente de Kaiser- Meier – Olkin (KMO) obtido foi de .86, o que permite concluir pela adequação da amostra e da sua matriz de correlações para seguir a análise fatorial. Pela visualização da Tabela 3, podemos concluir que os valores de h^2 estão a cima de .20, estando estes entre .27 e .66. Através da análise dos eixos principais com rotação *varimax*, foram obtidos quatro fatores, explicando 47,01% da variância total dos resultados. Foram consideradas as saturações dos itens acima de .40, e eliminação dos itens que apresentem valor acima deste valor simultaneamente em mais de um fator. O primeiro fator explica 26.9% da variância total, sendo composto por seis itens que representam *Perseverança* (e.g., “Eu normalmente acabo por conseguir alcançar os meus planos”). O segundo fator explica 7.1% da variância total, sendo composto por sete itens que apresentam a dimensão *Auto Suficiência* (e.g., “Sou capaz de depender de mim próprio mais do que de qualquer outra pessoa”). O terceiro fator explica 6.7% da variância total, sendo composto por seis itens que representam *Serenidade*, (e.g., “Numa emergência, sou alguém com quem geralmente as pessoas podem contar”). O quarto fator explica 6.4% da variância total, sendo composto por quatro itens que representam *Sentido de Vida*, (e.g., “A minha vida tem sentido.”). Foram eliminados os itens 1 e 25: o item 1 foi expurgado por saturar em mais que um fator, e o item 25 por apresentar uma saturação inferior a .40.

Nenhum item, se eliminado, afetava o alfa de Cronbach, pelo que todos foram mantidos (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 3.

Resiliência: Médias (M), Desvios-Padrão (DP), Saturações Fatoriais e Comunalidades (h²), Variância de Cada Fator(%) e Consistência Interna (Alpha de Cronbach).

Item	M	DP	Fator*				h ²
			1	2	3	4	
4	5.94	1.22	.780				.628
6	6.25	1.13	.744				.573
15	5.90	1.17	.652				.578
10	5.92	1.20	.608				.595
2	5.55	1.16	.550				.481
7	5.72	1.23	.529				.473
9	4.95	1.62		.644			.492
5	5.72	1.55		.614			.422
3	5.40	1.42		.609			.449
19	5.64	1.19		.505			.439
23	5.52	1.29		.464			.371
13	5.22	1.87		.462			.270
14	5.66	1.45		.402			.286
16	6.03	1.48			.688		.505
18	6.18	1.21			.614		.494
17	5.94	1.30			.590		.514
20	5.35	1.56			.537		.349
8	6.50	1.07			.515		.336
24	6.05	1.08			.478		.425
21	5.97	1.41				.686	.665
22	4.87	1.88				.660	.568
12	6.26	1.38				.593	.524
11	4.74	2.00				.566	.395
% Variância (Total= 47.10)			26.86	7.11	6.69	6.44	
Alpha Cronbach (Total= .86)			.81	.70	.71	.63	

Nota: Fator1- Perseverança (P); Fator 2- Auto Suficiência (AS); Fator 3- Serenidade (S); Fator 4- Sentido de Vida (SV).

3.1.3. Escala Pessoas na Minha Vida – Versão Pais

Na escala de PIML aos pais (Santos., Moreira, Viseu, & Gonçalves, 2015), o coeficiente de Kaiser- Meier – Olkin (KMO) obtido foi de .86, o que permite concluir pela adequação da amostra para seguir a análise fatorial. Pela visualização da Tabela 4, podemos concluir que os valores de h^2 estão a cima de .20, estando estes entre .31 e .79. Através da análise dos eixos principais com rotação *varimax*, foram obtidos três fatores, explicando 64,77% da variância total dos resultados. Foram consideradas as saturações dos itens acima de .40, e eliminados os itens com saturações a cima de .40 simultaneamente em mais de um fator. O primeiro fator explica 43.1% da variância total, sendo composto por oito itens que representam *Confiança* (e.g., “Os meus pais ouvem o que tenho para dizer.”). O segundo fator explica 13.5% da variância total, sendo composto por quatro itens que apresentam a dimensão *Alienação* (e.g., “Eu chateio-me facilmente com os meus pais”). O terceiro fator explica 8.7% da variância total, sendo composto por três itens que representam *Comunicação*, (e.g., “Eu falo com os meus pais quando tenho um problema”). Foram eliminados os itens 12, 4, 1, 14 e 10: os itens 4, 1, 14 e 10 foram expurgados por saturarem em mais que um fator, e o item 12 por apresentar uma saturação inferior a .40. Estes fatores apresentam correspondência com aqueles encontrados na versão portuguesa (Santos, 2015). Quanto á consistência interna deste instrumento, todas as subescalas possuem níveis bons de consistência interna, (Nunnaly, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

O item 18 foi eliminado uma vez que afetava significativamente o alfa de Cronbach, (Nunnaly, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 4.

Vinculação aos Pais: Médias (M), Desvios-Padrão (DP), Saturações Fatoriais e Comunalidades (h²), Variância de Cada Fator (%) e Consistência Interna (Alpha de Cronbach)

Item	M	DP	Fator*			h ²
			1	2	3	
5	3.80	.537	.798			.668
7	3.65	.677	.751			.712
20	3.64	.754	.707			.509
3	3.64	.704	.696			.654
6	3.69	.639	.694			.648
21	3.48	.857	.691			.558
2	3.51	.823	.668			.659
13	3.71	.672	.598			.540
17	1.62	1.01		.827		.794
16	1.79	1.03		.785		.662
19	1.53	1.03		.762		.671
15	2.05	1.21		.555		.310
11	3.12	.963			.880	.433
9	3.24	.989			.831	.798
8	3.53	.761			.698	.655
% Variância (Total= 64.72)			43.08	13.46	8.17	
Alpha Cronbach (Total= .71)			.90	.77	.85	

Nota: Fator 1- Confiança (PC); Fator 2- Alienação (PA); Fator 3- Comunicação (PCM);

3.1.4. Escala Pessoas na Minha Vida Versão aos Pares

Na escala de PIML aos pares (Santos., Moreira, Viseu & Gonçalves 2015), o coeficiente de Kaiser- Meier – Olkin (KMO) obtido foi de .86, o que permite concluir pela adequação da amostra para seguir a análise fatorial. Pela visualização da Tabela 5, podemos concluir que os valores de h² estão a cima de .20, estando estes entre .35 e .67. Através da análise dos eixos principais com rotação *varimax*, foram obtidos três fatores, explicando 50.15% da variância total dos resultados. Foram consideradas as saturações dos itens a cima de .40, e eliminados os itens com saturações a cima de .40

simultaneamente em mais de um fator. O primeiro fator explica 27.7% da variância total, sendo composto por nove itens que representam *Confiança* (e.g., “Os meus amigos respeitam os meus sentimentos”). O segundo fator explica 16.8% da variância total, sendo composto por sete itens que apresentam a dimensão *Alienação* (e.g., “Eu chateio-me facilmente com os meus amigos”). O terceiro fator explica 5.7% da variância total, sendo composto por quatro itens que representam *Comunicação*, (e.g., “Eu falo com os meus amigos quando tenho um problema”). Foram eliminados os itens 6, 12, 19, 22, 23, 24 e 25: os itens 6, 12, 19, 24 e 25 foram expurgados por saturarem em mais que um fator, e os itens 22 e 23 por apresentarem uma saturação inferior a .40. Estes fatores estão presentes na versão portuguesa (Santos, 2015), ainda que esta apresente um quarto fator denominado “Delinquência”. Todavia, no presente estudo uma vez que o scree plot apresentava factorização para três fatores e não quatro, foi explorada a solução de três fatores (Santos, 2015).

Nenhum item foi eliminado, uma vez que não mudava o alfa de Cronbach, (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 5.

Vinculação aos Pares: Médias (M), Desvios-Padrão (DP), Saturações Fatoriais e Comunalidades (h²), Variância de Cada Fator (%) e Consistência Interna (Alpha de Cronbach)

Item	M	DP	Fator*			h ²
			1	2	3	
5	3.08	.879	.766			.677
1	2.87	.952	.757			.646
4	3.00	.936	.755			.631
2	2.85	.952	.745			.627
7	3.20	.809	.709			.557
3	3.20	.954	.673			.560
8	2.95	.946	.562			.500
10	3.11	.842	.553			.484
20	2.81	.941	.499			.451
17	1.60	.953		.773		.623
16	1.70	.936		.765		.621
15	1.94	1.04		.675		.493
21	1.59	.982		.665		.537
18	1.96	1.09		.661		.482
9	2.75	.913			.703	.580
13	2.81	.931			.591	.604
14	2.15	1.01			.574	.531
11	2.70	.999			.561	.458
Variância (Total= 53.08%)				28.74	18.46	5.88
Alpha de Cronbach (Total= .84)				.88	.80	.67

Nota: Fator1- Confiança; Fator 2- Alienação; Fator 3- Comunicação;

3.1.5. Questionário de Estilos de Socialização Parental

No Questionário de Estilos de Socialização Parental, o coeficiente de Kaiser-Meier-Olkin (KMO) obtido foi de .73, o que indica que os dados são fatorizáveis. Através da análise dos eixos principais com rotação *varimax*, foram obtidos dois fatores, explicando 71,32% da variância total dos resultados. Através da observação da Tabela 6, podemos concluir que os valores de h² estão a cima de .20, estando estes entre .56 e .85. Fixamos as saturações dos itens acima de .40, e eliminamos os itens que apresentavam

saturação acima deste valor simultaneamente em mais de um fator. O primeiro fator explica 46.1% da variância total, sendo composto por quatro subescalas sendo estas Afeto, Diálogo, Indiferença e Displícência que representam o fator *Aceitação/Implicação*. O segundo fator explica 25.2% da variância total, sendo composto por três subescalas, sendo estas apresentadas como Privação, Coerção Verbal e Coerção Física que apresentam o fator *Coerção/Imposição*. Estes fatores têm correspondência com aqueles encontrados na versão portuguesa (Nunes, 2015).

De forma geral, todas as subescalas possuem níveis elevados de consistência interna. Foi diferenciada a consistência interna nos dois grupos Pai/Mãe. No grupo referente a Mãe, a subescala *diálogo* apresentou um alfa de .91, na subescala *indiferença* apresentou um alfa de .90, na subescala *displícência* um alfa de .92, na subescala *privação* .93, na subescala *coerção física* um alfa de .94 e na subescala *coerção verbal* um alfa de .92. No grupo referente ao Pai, a subescala *diálogo* apresenta um alfa de .93, na subescala *afeto* um alfa de .92, na subescala *indiferença* um alfa de .92, na subescala *displícência* um alfa de .92, na subescala de *privação* um alfa de .94, na subescala de *coerção física* .92 e na subescala *coerção verbal* de .92. O alfa do fator *Aceitação/Implicação* apresenta um alfa de .91 e o fator *Coerção/Implicação* um alfa de .98. O alfa de Cronbach total da escala é de .96. Verificou-se que nenhum item afetava significativamente o alfa de Cronbach, pelo que todos foram mantidos (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Tabela 6.

Estilos Parentais: Médias (M), Desvios-Padrão (DP), Saturações Fatoriais e Comunalidades (h²), Variância de Cada Fator (%) e Consistência Interna (Alpha de Cronbach)

	Subescala	M	DP	F1	F2	h ²	Alfa
Mãe	Diálogo	3.06	.71	.870		.787	.91
	Afeto	3.26	.69	.860		.743	.90
	Indiferença	1.60	.73	-.634		.519	.92
	Displícência	1.53	.63	-.554		.573	.91
	Privação	1.66	.63		.917	.854	.93
	Coerção Física	1.43	.59		.898	.851	.94
	Coerção Verbal	2.01	.70		.815	.666	.92
	Diálogo	2.98	.77	.866		.772	.93

	Afeto	3.22	.78	.848	.721	.92
	Indiferença	1.62	.74	-.672	.562	.92
Pai	Displcência	1.59	.68	-.625	.558	.92
	Privação	1.78	.76		.844	.713
	Coerção Física	1.40	.60		.797	.744
	Coerção Verbal	2.05	.70		.791	.637
% Variância (Total=64.47)				43.07	21.40	
Alpha de Cronbach				.91	.98	.96

Nota: Fator1- Alienação/ Implicação (AI); Fator 2- Coerção/Imposição (CI).

3.2. Relação entre Vinculação, Estilos Parentais, Resiliência e Consciência Emocional em Crianças e Adolescentes

Através da Tabela 7 é possível verificar as correlações entre as variáveis consideradas. Verifica-se uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as subescalas *Comunicação aos pais* e *confiança aos pais* da dimensão Vinculação aos pais, assim revelando que quanto mais elevada a confiança e a comunicação, mais ligação emocional sentem para com os pais ($r = .63$, $p < .01$). Verifica-se uma correlação negativa entre a alienação aos pais e a confiança aos pais, o que significa que quanto menor a alienação, mais a confiança às figuras parentais tende a aumentar ($r = -.42$, $p < .01$).

Na variável da *Vinculação aos Pares*, verificou-se uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as subescalas *comunicação aos pares* e *confiança aos pares*, assim revelando que quanto mais elevada a confiança e a comunicação, mais ligação emocional sentem para com os pares ($r = .56$, $p < .01$).

Na variável da *Consciência Emocional* verifica-se uma correlação moderada positiva entre a subescala *Atender as emoções dos outros* e a alienação aos pares.

Tendo em consideração a variável *Resiliência*, é possível observar que esta se correlaciona com a subescala *Alienação aos Pares*, indicando-nos que quanto maior a *Alienação aos Pares*, menor são os níveis de resiliência. Adicionalmente, verifica-se uma correlação positiva entre a *alienação* e a *perseverança* ($r = .61$, $p < .01$), a *autosuficiência* ($r = .56$, $p < .01$), a *serenidade* ($r = .84$, $p < .01$), e a subescala *sentido de vida* ($r = .54$, $p < .01$). Podemos também verificar que, na escala da *Resiliência*, a subescala *perseverança* se correlaciona positivamente com as subescalas *autosuficiência* ($r = .51$, $p < .01$), *serenidade* ($r = .49$, $p < .01$) e *sentido de vida* ($r = .39$, $p < .01$).

Tabela 7. Correlações entre Vinculação, Estilos Parentais, Consciência emocional e Resiliência

3.3. Estilos parentais, vinculação, resiliência e consciência emocional: Comparação de grupos em função do sexo e da idade

Como os comportamentos das crianças e adolescentes não são percebidos por todos da mesma forma, considerámos importante analisar as diferenças entre o sexo masculino e feminino nas dimensões vinculação, estilos parentais, resiliência e consciência emocional percebidas pelas crianças e adolescentes. Os resultados constam na Tabela 8.

Através desta análise, foi possível verificar que só existem diferenças estatisticamente significativas na dimensão *Consciência emocional* no que diz respeito ao atender as emoções dos outros. Podemos observar que as raparigas se preocupam mais em atender às emoções dos outros ($M=2.74$, $DP=.34$, $t=2.98$, $p=.000$), em comparação com os rapazes ($M=2.57$, $DP=.51$).

Contudo, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões de Vinculação, Estilos Parentais, Consciência emocional, e nas outras subescalas da Resiliência.

Como os comportamentos das crianças e adolescentes não são percebidos por todos da mesma forma, considerámos importante analisar as diferenças entre os grupos etários nas dimensões vinculação, estilos parentais, resiliência e consciência emocional percebidas pelas crianças e adolescentes. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

Na amostra utilizada para o nosso estudo, foi possível verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas para a Vinculação aos Pais, na sub-escala *Confiança*: à medida que os adolescentes crescem, apresentam menor confiança na relação com os pais (grupo entre os 10 os 12 anos: $M= 3.74$, $DP= .46$, $t=2.90$, $p=.001$; grupo de adolescentes entre os 13 os 16 anos: $M=3.53$, $DP=.61$). Na subescala *Alienação*, verificou-se que o grupo etário com maior idade apresenta um nível de alienação estatisticamente maior (crianças dos 10 aos 12 anos: $M=1.64$, $DP=.74$, $t=-2,68$, $p=.000$; adolescentes dos 13 aos 16 anos: $M=1.93$, $DP=.87$). Quanto à *Comunicação*, verificou-se que esta é significativamente maior nos mais novos (10 a 12 anos: $M= 3.50$, $DP=.70$, $t=3.95$, $p= .000$; 13 a 16 anos: $M=3.07$, $DP=.84$)

Tabela 8.

Estilos parentais, vinculação, resiliência e consciência emocional: Comparação de grupos em função do sexo

Variável	Dimensão/subescala	Feminino		Masculino		T	p
		M	DP	M	DP		
Estilos Parentais	Aceitação/ Implicação	2.35	.31	2.34	.32	.203	.839
	Coerção/ Imposição	2.08	.63	2.23	.74	-1.52	.131
Vinculação aos pais	Confiança	3.66	.54	3.65	.55	.442	.659
	Alienação	1.72	.77	1.83	.86	.945	.346
	Comunicação	3.25	.83	3.34	.77	.833	.406
Vinculação aos pares	Confiança	3.06	.63	2.96	.66	1.14	.255
	Alienação	1.52	.85	1.83	.76	.430	.668
	Comunicação	2.59	.64	2.62	.73	.360	.719
Resiliência	Preservação	6.61	.77	5.74	.89	2.37	.019
	Autosuficiência	5.54	.88	5.35	.90	1.58	.115
	Serenidade	6.08	.86	5.93	.80	1.29	.199
	Sentido de vida	5.42	1.20	5.48	1.13	.365	.716
Consciência Emocional	Diferenciar emoções	2.01	.41	1.93	.46	1.37	.171
	Não esconder emoções	2.01	.48	2.02	.51	.283	.777
	Atender as emoções dos outros	2.74	.36	2.57	.51	2.96	.000
	Analisar emoções	2.20	.30	2.21	.33	.344	.731
	Partilhar verbalmente emoções	2.08	.41	2.07	.41	.222	.825

Nota: M (Média); DP (Desvio Padrão); t (Teste t de Student); p (Nível de significância estatística entre as variáveis).

Encontramos também diferenças estatisticamente significativas na escala da *Resiliência*. No que diz à perseverança, verificou-se que os mais novos são mais perseverantes comparativamente aos mais velhos (dos 10 aos 12 anos: M=6.11, DP=.70, t=4.63, p=.000; nos adolescentes dos 13 aos 16 anos: M=5.61, DP=.92). Contudo, não encontramos diferenças estatisticamente significativas na outras subescalas da

Resiliência. Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas escalas dos estilos parentais, vinculação aos pares e consciência emocional.

Tabela 9.

Estilos parentais, vinculação, resiliência e consciência emocional: Comparação de grupos em função da idade

Variável	Dimensão/subescala	10 aos 12 anos		13 aos 16 anos		T	P
		M	DP	M	DP		
Estilos Parentais	Aceitação/ Implicação	2.31	.32	2.29	.29	.478	.633
	Coerção/ Imposição	1.74	.54	1.77	.59	-.397	.692
Vinculação aos pais	Confiança	3.74	.46	3.53	.61	2.85	.002
	Alienação	1.64	.74	1.93	.87	-2.65	.000
	Comunicação	3.50	.70	3.07	.84	3.90	.000
Vinculação aos pares	Confiança	3.00	.69	3.01	.60	-.139	.889
	Alienação	6.09	.84	5.88	.77	1.88	.061
	Comunicação	2.54	.73	2.67	.63	-1.47	.143
Resiliência	Preserverança	6.11	.70	5.61	.91	4.55	.000
	Autosuficiencia	5.43	.93	5.46	.86	-.246	.806
	Serenidade	6.09	.83	5.90	.83	1.70	.091
	Sentido de vida	5.60	1.20	5.28	1.10	2.07	.040
Conciencia Emocional	Diferenciar emoções	1.95	.45	2.00	.43	-.889	.375
	Não esconder emoções	1.96	.49	2.09	.49	-2.08	.039
	Atender as emoções dos outros	2.65	.46	2.66	.43	-.183	.855
	Analisar emoções	2.24	.30	2.17	.33	1.69	.093
	Partilhar verbalmente emoções	1.91	.47	1.96	.46	-.665	.507

Nota: M (Média); DP (Desvio Padrão); t (Teste t de Student); p (Nível de significância estatística entre as variáveis)

CAPÍTULO IV

4. Discussão dos resultados

Esta investigação tinha o propósito de analisar padrões de vinculação, resiliência, consciência emocional e percepção dos estilos parentais dos adolescentes, em função de variáveis sociodemográficas como o sexo e a idade. Assim como analisar a existência de padrões de correlação entre as variáveis vinculação, resiliência, consciência emocional e percepção dos estilos parentais.

Neste capítulo, discutimos os principais resultados obtidos nesta investigação: em primeiro lugar, os resultados relacionados com as características psicométricas dos instrumentos utilizados; de seguida, os resultados encontrados nas diferenças e relações encontradas na percepção dos estilos parentais, na vinculação aos pais e pares, na resiliência e consciência emocional, pela amostra estudada, em função da idade e do sexo das crianças e adolescentes.

Em relação às características psicométricas e estudos referentes ao ESPA29 realizados nesta investigação, verificámos que os nossos resultados se assemelham aos encontrados na adaptação portuguesa de Nunes (2015), pois apontaram para a existência de uma estrutura bidimensional na escala, similar à do modelo proposto pelos autores Musitu e Garcia (2001, 2004). De forma geral, todas as subescalas possuem níveis elevados de consistência interna, como se pode observar na Tabela 6. Foi diferenciada a consistência interna em dois grupos: Pai e Mãe. O fator Aceitação/Implicação apresenta um alfa de .91 e o fator Coerção/Implicação um alfa de .98, sendo o alfa de Cronbach total da escala total de .96. Contudo, na investigação de Nunes (2015), as subescalas apresentavam uma consistência interna mais elevada no fator Aceitação/ Implicação (um alfa de .97), sendo que, em comparação com o nosso estudo, apresentou, no entanto, um menor índice de consistência interna no fator Coerção/ Imposição apresentou (alfa de .96). Podemos, pois, afirmar que a ESPA29 apresenta boas características psicométricas, com níveis de consistência interna satisfatórias.

Em relação às características psicométricas e estudos do PIML nesta investigação, verificamos que, na versão de vinculação aos pais, os resultados foram díspares aos encontrados na adaptação portuguesa de Dias (2014), no que diz respeito à consistência interna, como se pode observar na Tabela 4. O alfa de Cronbach para o fator Confiança

foi de .90; para o fator Alienação foi de .77; para o fator de Comunicação foi de .81. O alfa de Cronbach foi de .71 para o total da Escala Pessoas na Minha Vida - Versão aos Pais. Contudo, na investigação de Dias (2014), a escala apresentava uma consistência interna mais elevada com um alfa de .82, o mesmo se verificando no estudo de Santos (2015), no qual a escala aos pais apresentava um alfa de .89. No entanto, nas subescalas o alfa destas é superior no presente estudo, em comparação com o estudo de Dias (2014) e estudo de Santos (2015).

Na versão de vinculação aos pares, os resultados assemelham-se aos da adaptação portuguesa de Dias (2014). No que diz respeito à consistência interna, o alfa de Cronbach para o fator Confiança foi de .88; para o fator Alienação foi de .80; para o fator de Comunicação foi de .67. Para o total da Escala Pessoas na Minha Vida - versão para os pares, obteve-se um alfa de Cronbach elevado de .84 (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003). Como apresentado na Tabela 5, a análise fatorial com rotação varimax que realizamos inicialmente, o screeplot demonstrou uma factorização em três fatores e não quatro, pelo que se retirou o fator denominado como “Delinquência”, uma vez que os itens que representavam esta subescala foram eliminados por apresentarem saturação em mais que um fator (Santos, 2015).

No estudo psicométrico da escala EAQ, os resultados do presente estudo foram distintos dos da adaptação portuguesa obtidos por Sebastião (2011). No que diz respeito à consistência interna, o estudo de Sebastião (2014) evidenciou valores de alfa nas subescalas que variavam entre .60 e .70. Os valores do alfa de Cronbach para o fator Diferenciar Emoções foi de .69; para o fator Não Esconder Emoções foi de .69; para o fator de Atender as Emoções dos Outros foi de .68; para o fator Analisar Emoções foi de .50; para o fator Consciência Emocional .28; para o fator Partilhar Verbalmente Emoções foi de .56. O alfa de Cronbach foi de .72 para o total do questionário EAQ. O fator consciência emocional foi eliminado, uma vez que o alfa apresentava um valor inaceitável (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003). Esta baixa consistência interna deve-se, aparentemente, a itens que apresentam uma correlação negativa com a escala, facto que poderá estar inerente à forma como estes estão redigidos. Por esse motivo, fica como recomendação, para estudos futuros, reformular os itens associados a estes fatores. A eliminação deste fator afetava significativamente o alfa de Cronbach da subescala, pelo que todos foram eliminados (Nunnally, 1978; Pestana & Gageiro, 2003).

Pela análise da Escala de Resiliência, os resultados assemelham-se aos da adaptação portuguesa de Felgueiras (2008). No que diz respeito à consistência interna, o alfa de Cronbach da escala foi de .86, ligeiramente superior ao do estudo de adaptação de Felgueiras (2008) que obteve um alfa de .82. Na análise fatorial da Escala da Resiliência com rotação varimax que realizamos inicialmente, o *screeplot* demonstrou uma factorização para quatro factores e não cinco, pelo que, no presente estudo, não foi identificado o factor “Autoconfiança”.

Tendo como referencial o objetivo de verificar a relação entre a percepção dos estilos parentais, a vinculação, a resiliência e a consciência emocional de crianças e jovens em função da variável sociodemográfica *idade*, como foi possível verificar através da Tabela 8, a idade não parece estar significativamente relacionada com uma percepção distinta dos estilos parentais. Assim, os resultados do presente estudo divergem dos resultados obtidos por Luís (2011), no qual se verificaram diferenças significativas na percepção de raparigas e rapazes, no que diz respeito à dimensão aceitação/ implicação, em que as raparigas atribuíam maior grau de aceitação/implicação que os rapazes. Também existiam diferenças significativas na dimensão coerção/implicação, em ambos os sexos (Luís, 2011). No que diz respeito às diferenças na idade, segundo o estudo de Luís (2011), estavam presentes diferenças significativas quanto à dimensão aceitação/ implicação, não se verificando, no entanto, diferenças significativas quanto à dimensão coerção/imposição.

Ao nível da resiliência, e contrariando os estudos de Santos (2014), Neto (2013) e Silva (2012) nos quais não se verificou uma diferença estatisticamente significativa, no presente estudo a subescala de perseverança apresentou diferenças estatisticamente significativas, em que as crianças dos 10 aos 12 anos ($M= 6.11$, $DP= .70$) apresentaram maiores níveis de perseverança comparativamente aos mais velhos dos 13 aos 16 anos ($M=5.61$, $DP=.70$). Os resultados vão, assim, ao encontro da investigação neste âmbito, atendendo a que alguns investigadores apontam a idade como fator protetor para a resiliência (Martins, 2005).

Quanto à vinculação, verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de idade, no grau de vinculação aos pais. Na subescala de confiança aos pais, esta é percebida de forma diferente. À medida que crescem, a confiança com os pais é menor: em comparação com as crianças dos 10 aos 12 anos ($M=$

3.74, DP= .46), os adolescentes entre os 13 e os 16 anos (M=3.53, DP=.61) apresentam menores índices de confiança. Na subescala Alienação, verificou-se que, quanto mais crescem, maior é a alienação: nas crianças dos 10 aos 12 anos verifica-se um menor índice de alienação (M=1.64, DP=.74), comparativamente aos adolescentes dos 13 aos 16 anos (M=1.93, DP=.87). Quanto à Comunicação, verificou-se que esta é maior nos mais novos (M= 3.50, DP=.70), comparativamente aos mais velhos (M=3.07, DP=.84). Este resultado vem contrariar o estudo de Santos (2014), no qual não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na percepção da vinculação aos pais em relação à idade.

No que diz respeito às diferenças na idade na percepção da vinculação aos pais e na consciência emocional, não se expuseram diferenças estatisticamente significativas.

Quanto à variável sociodemográfica *sexo*, verifica-se que esta não parece estar significativamente relacionada com os estilos parentais, vinculação, e resiliência, como foi possível verificar na Tabela 8. Ao nível da consciência emocional, verificou-se que a subescala *atender às emoções dos outros*, as raparigas (M=2.74, DP= .36) apresentam uma maior capacidade de atender as emoções dos outros em comparação com os rapazes (M=2.57, DP= .51). No entanto não se apresentaram diferenças significativas nas outras subescalas da consciência emocional.

Através das análises de relação entre as variáveis, podemos verificar que a Resiliência apresenta fortes correlações positivas com a subescala da vinculação aos pais Alienação. Portanto, os indivíduos que revelam um maior controlo de si e dos acontecimentos e uma maior ligação com os outros denotam uma maior persistência face às vicissitudes da vida. De acordo com Libório e Ungar (2010), a resiliência encontra-se relacionada com a procura por recursos de bem-estar e a capacidade da sociedade em fornecer meios consideráveis e um funcionamento ajustado e aceite socialmente.

5. Considerações finais

De forma a concluir o estudo realizado, destacam-se, no presente ponto, os principais resultados encontrados. Seguidamente são explanadas algumas contribuições que podem advir do presente estudo, referenciando-se também algumas das limitações sentidas durante a realização da investigação, servindo como base para sugestões de estudos futuros.

Tendo em conta os principais objetivos do presente estudo, foram encontrados os seguintes resultados:

- a variável sociodemográfica *idade* é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção da vinculação aos pais, em que se verificou que à medida que as crianças vão crescendo e tornando-se adolescentes, o nível de confiança com os pais vai diminuindo;

- a variável sociodemográfica *idade*, também é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção da resiliência, em que se verificou que à medida que as crianças vão crescendo os níveis de perseverança vão diminuindo;

- a variável sociodemográfica *género*, é um fator que contribui com diferenças significativas quanto à percepção de consciência emocional, mais especificamente no que se trata de atender as emoções dos outros, em que se verifica que as raparigas atendem às emoções dos outros de uma forma mais positiva em comparação com os rapazes;

- a resiliência apresenta uma correlação forte com a alienação aos pares, de acordo com o que seria de esperar uma vez que a qualidade das relações desenvolvidas com os pares potencia uma percepção positiva de si e da sua capacidade para enfrentar eventos adversos;

- a vinculação aos pais apresenta uma boa correlação nas subescalas confiança e comunicação, uma vez que a importância de uma boa comunicação na relação com os pais potencia vínculos de confiança significativos. O mesmo se verifica na vinculação aos pares.

Tendo como referencial os resultados encontrados, importa, contudo, ter alguma prudência na sua análise. É nosso objetivo que esta investigação possa contribuir para um conhecimento mais aprofundados das características e necessidades destas crianças e

jovens, realçando a importância do desenvolvimento de vínculos promotores da resiliência e competências emocionais.

Este estudo também teve como contributo, de vir acrescentar a literatura mais informação, uma vez que apesar de ser uma temática cada vez mais abordada, continuam a ser escassos os estudos acerca da resiliência, e principalmente as competências emocionais em crianças e jovens, daí a existência de alguns condicionantes nos estudos a remeter para justificar os resultados por nós encontrados.

Como limitação, deve referir-se o facto de os participantes terem demonstrado algumas dificuldades no preenchimento e nas respostas aos questionários, devido à dimensão do protocolo de investigação. Por outro lado, e apesar dos instrumentos utilizados terem todos sido adaptados para a população portuguesa em amostra no o mesmo nível etário da amostra do presente estudo, as participantes apresentaram também algumas dificuldades em responder às questões, principalmente as relacionadas com a resiliência e consciência emocional.

Para a realização de estudos futuros, sugere-se que, para além da consciência emocional das crianças e adolescentes, sejam focalizadas as competências emocionais. No presente estudo, não foi analisada a variável tipo de família. Assim, em estudos futuros, sugere-se a análise da variável sociodemográfica *tipo de família* (e.g., família nuclear, monoparental ou outra), aprofundando a sua relação com as variáveis aqui estudadas.

Não obstante suas as limitações, o presente estudo poderá representar uma mais-valia, no sentido em que permitiu obter um conhecimento mais profundo acerca das temáticas em apreço. Pensamos, também, que este estudo pode representar um contributo importante para que o Psicólogo Educacional possa, de uma forma mais consciente, programar e desenvolver intervenções de forma a potenciar o desenvolvimento da resiliência e promoção de competências emocionais em crianças e jovens.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Almeida, A. (2000). *As relações entre pares em idade escolar*. Braga: Bezerra.
- Angst, R. (2009). Psicologia e resiliência: Uma revisão da literatura. *Psicologia Argumento*, 27(58), 253-260.
- American Psychological Association (2009). *APA consise dictionary of psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Assis, S., Pesce, R., & Avanci, J. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Barrera, M., & Li, S. (1996). *The relation of family support to adolescents psychological distress and behavior problems*. In G. Pierce, B. Sarason, & I. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family* (pp. 313-343). New York: Plenum Press
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229. Acedido em, <http://iduc.uc.pt/index.php/psychologica/article/viewFile/996/445>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. Vol.1: Attachment. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*. Vol.2: Separation, anxiety and anger. New York: Basic Books.
- Booth, A., & Amato, P. R. (2001). Parental predivorce relations and offspring postdivorce well-being. *Journal of Marriage and Family*, 63(1), 197-212. doi: 10.1111/j.1741-3737.2001.00197
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-775. Acedido em <http://psycnet.apa.org/journals/dev/28/5/759/>
- Campos, D. & Cruz, O. (2011). Questionário de Estilos Parentais (QEP) Revisitado. Universidade do Porto, *Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação*, (1641-1654).
- Canavarro, M. (1999). *Relações afectivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Canavarro, M., & Pereira, A. (2007). A percepção dos filhos sobre os estilos educativos parentais: A versão portuguesa do EMBU-C. *Revista Ibero-Americana de Diagnóstico y Evaluación/Avaliação Psicológica*, 24(2), 193-210. Disponível em http://www.aidep.org/03_ridep/R24/R2410.pdf
- Coleman, D. (1995). *Inteligência Emocional*. Lisboa. Círculo de Leitores.
- Coleman, D. (1999). *Trabalhar com Inteligência Emocional*. Braga. Temas e Debates
- Costa, T. (2000). Personality and midlife stability intrinsic maturation and response to life events. *Assessment*, 7(1), 365-378. doi: [10.1177/107319110000700405](https://doi.org/10.1177/107319110000700405)
- Cowen, E., & Work, W. (1988). Resilient children, psychological wellness, and primary prevention. *American Journal of Community Psychology*, 16(4), 591-607. doi: 10.1007/BF00922773
- Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa: Coleção Horizontes Pedagógicos.
- Cyrułnik, B. (2004). *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes.
- Damáσιο, A. (2010). *O Livro da Consciência: A construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e Debates.
- Davies, P., Cummings, E., & Winter, M. (2004). Pathways between profiles of family functioning, child security in the interparental subsystem, and child psychological problems. *Development and Psychopathology*, 16(3), 525-550.
- Denham, A., McKinley, M., Couchoud, E. A., & Holt, R. (1990). Emotional and behavioral predictors of preschool peer ratings. *Child Development*, 61, 1145-1152. Doi: 10.1111/j.1467-8624.1990.tb02848.x
- Dias, M. (2014). *Vinculação a pais, pares e professores e problemas de comportamento: Estudo de tradução e adaptação do People in my Life (PIML) para crianças portuguesas* (tese mestrado). Universidade de Coimbra. Repositório Aberto. Acedido em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/28358>
- Fergus, S., & Zimmerman, M. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Review Public*

Heath, 26, 399-419. Acedido em <http://annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144357>

Fergusson, D., & Lynskey, M. (1996). Adolescent resiliency to family adversity. *Child Psychology and Psychiatry*, 37(3), 281- 292. Doi: 10.1111/j.1469-7610.1996.tb01405

Freitas, C (2014). *Divórcio, vinculação aos pais e irmãos: desenvolvimento do processo resiliente e bem-estar psicológico*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). Acedido em https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/3141/1/msc_cmsfreitas.pdf

Fuligni, A. J., & Eccles, J. S. (1993). Perceived parent-child relationships and early adolescents' orientation toward peers. *Developmental Psychology*, 29, 622-632. Doi: [10.1037/0012-1649.29.4.622](https://doi.org/10.1037/0012-1649.29.4.622)

Garner, P. W., Jones, D. C., & Miner, J. L. (1994). Social competence among low-income preschoolers: Emotion socialization practices and social cognitive competence. *Child Development*, 65(3), 622-637. Doi: [doi/10.1111/j.1467-8624.1994.tb00772](https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1994.tb00772)

Golse, B. (2006). *Le pédopsychiatre – psychanalyste face au concept de résilience. La résilience avant l'après-coup*. In B. Cyrulnik, & P. Duval (Eds.), *Psychanalyse et Résilience* (pp. 61-76). Paris: Odile Jacob.

Gonçalves, M. J. (2003). Aumentar a resiliência em crianças vítimas de violência. *Análise Psicológica*, 1(10), 23-30.

González, N. I., Valdez, J. L., Oudhof, B. & González, S. E. (2009). Resiliencia e salud en niños y adolescentes. *Ciência Ergo Sum*, 16(3), 247-253. Acedido em <http://cienciaergosum.uaemex.mx/index.php/ergosum/article/view/1335>

Gross, J. J. (2008). *Emotion Regulation*. In J. M.-J. Michael Lewis, *Handbook Of Emotions* (pp. 498- 512). United States of America: The Guilford Press.

Grossmann, K. & Grossmann, K. E. (2007). *The impact of attachment to mother and father at an early age on children's psychosocial development through young adulthood* [PDF]. Acedido em <http://www.child-encyclopedia.com>.

- Guedeney, A. (2006). L'attachement et la résilience: Théorie, clinique et politique sociale. In B. Cyrulnik, & P. Duval (Eds.), *Psychanalyse et Résilience* (pp. 155-156). Paris: Odile Jacob.
- Hetherington, E., & Elmore, A. (2003). Risk and resilience in children coping with their parents' divorce and remarriage. In S. Luther (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 182-212). New York: Cambridge University Press. Acedido em <https://books.google.pt/books?hl=pPT&lr=&id=HD45dNwFh->
- Izard, C. E. (1971). *The face of emotion*. New York: AppletonCentury-Crofts.
- Izard, C. E. (2001). Emotional intelligence or adaptive emotions? *Emotion*, 1(3), 249-257. doi: [10.1037/1528-3542.1.3.249](https://doi.org/10.1037/1528-3542.1.3.249)
- Lahaye, M., Luminet, O., Broeck, N. V., Bodart, E., & Mikolajczak, M. (2010). Psychometric Properties of the Emotion Awareness Questionnaire for Children in a French-Speaking Population. *Journal of Personality Assessment*, 92(4), 317–326. doi: [10.1080/00223891.2010.482003](https://doi.org/10.1080/00223891.2010.482003)
- Laranjeira, C. (2007). Do invulnerável ser ao resiliente envelhecer: revisão de literatura. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23(3), 327-332. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a12v23n3>
- Libório, R., & Ungar, M. (2010). Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 476-484. Acedido em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28955/S0102-79722010000300008.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lieberman, M., Doyle, A., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in late childhood and early adolescence: Associations with peers relations. *Child Development*, 70, 202-213. Doi: [10.1111/1467-8624.00015](https://doi.org/10.1111/1467-8624.00015)
- Lila, M., Musitu, G. & Buelga, S. (2000). Adolescentes Colombianos y Españoles: Diferencias, similitudes y relaciones entre la autoestima familiar y los valores.

Revista Latinoamericana de Psicología, 32 (2), 301-319. Acedido em https://www.researchgate.net/profile/Marisol_Lila/publication/26595535_Adolescentes_colombianos_y_espanoles_Diferencias_similitudes_y_relaciones_entre_la_socializacion_familiar_la_autoestima_y_los_valores/links/0912f51090dc674572000000/Adolescentes-colombianos-y-espanoles-Diferencias-similitudes-y-relaciones-entre-la-socializacion-familiar-la-autoestima-y-los-valores.pdf

Lorence, B. (2007). *Procesos de socialización parental con adolescentes de familias en situación de riesgo psicosocial*. V Premio Joven de Investigación de Familias 2007. Sevilha, Espanha: Fundación Acción Familiar.

Luthar, S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71(3), 543-562. doi: [10.1111/1467-8624.00164](https://doi.org/10.1111/1467-8624.00164)

Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington & P. S. Mussen (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality and social development* (pp. 1101). Nova Iorque: Wiley.

Machado, P., Veríssimo, M., Monteiro, L., Peceguina, I., Torres, N., & Santos, A. J. (2008). Adaptação da entrevista de conhecimento das emoções para crianças (Denham, 1986). In *XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e contextos*, Braga, Portugal.

Masten, A. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238. Acedido em <http://psycnet.apa.org/psycinfo/2001-00465-004>

Manciaux, M. (2003). *La resiliência: Resistir e rehacerse*. Barcelona: Gedisa.

Mavroveli, S., Petrides, K. V., Rieffe, C., & Bakker, F. (2007). Trait emotional intelligence, psychological well-being and peer-rated social competence In *Adolescence*. *British Journal of Developmental Psychology*, 25(2), 263-275. Doi: [10.1348/026151006X118577](https://doi.org/10.1348/026151006X118577)

Meeus, W., Oosterwegel, A., & Vollebergh, W. (2002). Parental and peer attachment and identity development in adolescence. *Journal of Adolescence*, 25(1), 93-106.

Acedido

em

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140197101904518>

Miguel, I., Valentim, J. P., e Carugati, F. (2009). Questionário de estilos e dimensões parentais-versão reduzida: Adaptação portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire–short form. *Psycologica*, 5(1), 169-188. Acedido em, em <http://193.136.6.118/handle/10316.2/5468>

Melillo, A., Estamati, M., & Cuestas, A. (2001). Algunos fundamentos psicológicos del concepto de resiliência. In A. Melillo, & E. Ojeda (Eds.), *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas* (pp. 83-102). Buenos Aires: Paidós.

Melillo, A. (2004). *Realidad social, psicoanálisis y resiliencia*. In A. Melillo, E. Suárezojeda, & D. Rodríguez (Eds.), *Resiliencia y subjetividad: Los ciclos de la vida* (pp. 63-75). Buenos Aires: Paidós.

Meeus, W., Iedema, J., Maassen, G., & Engels, R. (2005). Separation-individuation revisited: On the interplay of parent-adolescent relations, identity and emotional adjustment in adolescence. *Journal of Adolescence*, 28(1), 89-106. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140197104000958>

Meeus, W., Oosterwegel, A., & Vollebergh, W. (2002). Parental and peer attachment and identity development in adolescence. *Journal of Adolescence*, 25(1), 93-106.

Acedido

em

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140197101904518>

Michael, K., & Ben-Zur, H. (2007). Risk-taking among adolescents: Association with social and affective factors. *Journal of Adolescence*, 30, 17-31. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140197105000308>

Mota, C. P. (2008). *Dimensões relacionais no processo de adaptação psicossocial de adolescentes: Vulnerabilidade e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56389>

- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2009). Vinculação, conflito e auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 317-325. Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84862>
- Musitu, G., & García, F. (2001). *ESPA-29: Escala de estilos de socialización parental en la adolescencia*. Madrid, España: TEA.
- Musitu, G., & Garcia, F. (2004a). *Manual da ESPA-29 – Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia* (2.ed.). Madrid, España: TEA.
- Musitu, G. & Garcia, F. (2004b). Consecuencias de la socialización parental en la cultura española. *Psicothema*, 16 (2), 297-302.
- Musitu, G., & Garcia, F. (2005). Consecuencias de la socialización parental en la cultura española. *Psychology in Spain*, 9(1), 34-40. Recuperado em <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=1196>
- Nickerson, A. B., & Nagle, R. J. (2005). Parent and peer attachment in late childhood and early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 25(2), 223-249. Doi: [10.1177/0272431604274174](https://doi.org/10.1177/0272431604274174)
- Nunes, C., Luís, K., Lemos, I., & Musitu, G. (2015). Características Psicométricas da Versão Portuguesa da Escala de Socialização Parental na Adolescência ESPA-29. *Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(2), 253-260. Doi: [10.1590/1678-7153.201528205](https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528205)
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). New York: McGrawHill.
- Oliva, A. & Parra, A. (2004). Contexto familiar y desarrollo psicológico durante la adolescencia. In E. Arranz (Ed.), *Familia y desarrollo psicológico* (pp. 96-123). Madrid: Pearson Educación.
- Papalia, D., Olds, S. & Feldman, R. (2001). *O Mundo da criança*. (8ª ed.). Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, Ld.ª
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2004). *Human development* (9ª ed.). New York: McGraw Hill.

- Parke, R. & Buriel, R. (2006). Socialization in the family: *ethnic and ecological perspectives*. In W. Damon & R. Lerner (series Eds.). & N. Eisenberg (Vol. Ed.) *Handbook of Child Psychology, Vol. 3. Social emotional, and personality development* (6^a ed., 429-504). New York: Wiley.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS* (4^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Petrides, K. V., Frederickson, N., & Furnham, A. (2004). The role of trait emotional intelligence in academic performance and deviant behavior at school. *Personality and Individual Differences, 36*(2), 277-293. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886903000849>
- Petrides, K. V., Sangareau, Y., Furnham, A., & Frederickson, N. (2006). Trait emotional intelligence and children's peer relations at school. *Social Development, 15*(3), 537-547. Doi: doi/10.1111/j.1467-9507.2006.00355
- Poletto, M. (2008). Resiliência: Nova perspectiva sobre as potencialidades humanas. *Polemica, 7*(3), 76-81.
- Rabouam, C. & Moralès-Huet, M. (2004). Cuidados parentais e vinculação. In N. Guedeney & A. Guedeney (Coord.). *Vinculação. Conceitos e aplicações* (pp. 71-85). Lisboa: Climepsi Editores.
- Rieffe, C, Oosterveld, P, Miers, A.C., Terwogt, M. M., & Ly V. (2008). Emotion awareness and internalising symptoms in children and adolescents: The Emotion Awareness Questionnaire revised. *Personality and Individual Differences, 45*(8), 756-761. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886908002894>
- Rieffe, C., Meerum Terwogt, M, & Bosch, J. D. (2004). Emotion understanding in children with frequent somatic complaints. *European Journal of Developmental Psychology, 4* (1), 31-47. Doi: 10.1080/17405620344000013
- Rieffe, C., Oosterveld, P., & Terwogt, M. M. (2006). An alexithymia questionnaire for

- children: Factorial and concurrent validation results. *Personality and Individual Differences*, 40(1), 123–133. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S019188690500231>
- Rieffe, C., Terwogt, M. M., Petrides, K. V., Cowan, R., Miers, A. C., & Tolland, A. (2007). Psychometric properties of Emotion Awareness Questionnaire for children. *Personality and Individual Differences*, 43(1), 95-105. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886906004636>
- Rieffe, C., Villanueva, L., Adrián, J. E., & Górriz, A. B. (2009). Quejas somáticas, estados de ánimo y conciencia emocional en adolescentes. *Psicothema*, 21 (3), 459-464. Acedido em <http://www.unioviado.es/reunido/index.php/PST/article/view/8779>
- Rocha, M. (2008). O desenvolvimento das relações de vinculação na adolescência: Associações entre contextos relacionais com pais, pares e par amoroso. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rosnay, M., & Harris, P. L. (2002). Individual differences in children's understanding of emotions: The roles of attachment and language. *Attachment & Human Development*, 4, 39-54.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611. Acedido em <http://bjp.rcpsych.org/content/147/6/598>
- Rutter, M. (1996). *Stress research: accomplishments and tasks ahead*. In R. Haggerty, L. Sherrod, N. Garmezy, & M. Rutter (Eds.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions* (pp. 354-385). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Sampaio, I. & Gomide, P. (2007). Inventário de estilos parentais (IEP) – Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento*, 25(48), 15-26.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M.R. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf>

- Sarason, B., Sarason, I., & Pierce, G. (1990). *Social Support: An Interactional View*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Simões, M. C. (2007). *Comportamentos De Risco Na Adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian
- Simões, S., Farate, C., & Pocinho, M. (2011). Estilos educativos parentais e comportamentos de vinculação das crianças em idade escolar. *Interações*, 20, 75-99. Acedido em <http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/275>
- Soares, I. (2009). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (2ª ed.). Braga: Psiquilíbrios
- Soares, I. (2009). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (coord.). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (2ª ed., pp. 14-46). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Souza, M., & Cerveny, C. (2006). Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(1), 119-126. Acedido em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003496902006000100013
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, W. A. (2005). Placing Early Attachment Experiences in Developmental Context. The Minnesota Longitudinal Study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann & E. Waters (Eds.), *Attachment from Infancy to Adulthood. The Major Longitudinal Studies* (pp. 48-70). New York: Guilford Press
- Steinberg, L., Lamborn, S., Darling, N., Mounts, N. S. & Dornbusch., S. M. (1994). Over-time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 65, 754-770. Doi: [10.1111/j.1467-8624.1994.tb00781.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1994.tb00781.x)
- Taylor, R., & Wang, M. (2000). *Resilience across contexts: family, work, culture and community*. London: LEA Publishers.

- Theis, A. (2003). *La resiliencia en la literatura científica*. In M. Manciaux (Ed.), *La resiliencia: resistir e rehacerse* (pp. 75-86). Barcelona: Gedisa.
- Vanistendael, S., & Lecomte, J. (2000). *Le bonheur est toujours possible: construire la résilience*. Paris: Bayard.
- Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>
- Yunes, M., Szymans, H. (2005). *Resiliência: noções, conceitos afins e considerações críticas*. in Nicolau, P. F. M. *Psiquiatria Geral*. São Paulo. Acedido em http://www.psiquiatriageral.com.br/psicossomatica/resiliencia_nocoos_conceitos
- Werner, E., & Smith, R. (1992). *Overcoming the odds: high risk children from birth to adulthood*. New York: Cornell University Press.

